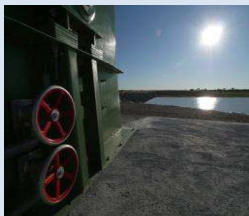




EDIA

Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

30 DE JUNHO DE 2009





ÍNDICE

I. Relatório de Gestão a 30 de Junho de 2009	5
1.1. Resumo das Actividades do GRUPO	5
1.2. Actividades Desenvolvidas pela EDIA	8
1.2.1 Infra-estruturas em Exploração	8
1.2.2 Infra-estruturas em Construção	11
1.2.3 Projectos em Curso	13
1.2.4 Promoção, Inovação e Internacionalização	15
1.2.5 Ambiente, Património e Ordenamento do Território	16
1.2.6 Projectos Especiais	22
1.2.7 Estrutura de Suporte	24
1.3. Actividades Desenvolvidas pela GESTALQUEVA	27
1.3.1. Da relação com a Gescruzeiros	28
1.4. Actividades Desenvolvidas pela GESCRUZEIROS	28
1.4.1 Desenvolvimento da Componente Ambiental e Social	30
1.5 Breve Descrição do Balanço e Demonstração de Resultados	30
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas a 30 de Junho de 2009	33
2.1 Demonstração Consolidada da Posição Financeira	34
2.2 Demonstração Consolidada do Rendimento Integral	35
2.3 Demonstração de Alterações no Capital Próprio	36
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	37
2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras	38
1 - Apresentação	38
2 - Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos	38
3 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro	57
4 - Activos Fixos Tangíveis	59
5 - Activos Intangíveis	61
6 - Participações Financeiras	62
7 - Inventários	63
8 - Estado e Outros Entes Públicos	64



9 – Outras Contas a Receber.....	65
10 – Caixa e Depósitos Bancários	66
11 – Capital Próprio	66
12 – Interesses Minoritários	67
13 – Provisões	67
14 – Empréstimos Obtidos	69
15 – Outras Contas a Pagar	71
16 – Proveitos Diferidos – Subsídios do Estado e Outros Proveitos Diferidos	73
17 – Fornecedores	73
18 – Vendas e Serviços Prestados.....	74
19 – Trabalhos para a Própria Entidade	75
20 – Outros Rendimentos e Ganhos	75
21 – Variação da Produção	76
22 – Fornecimentos e Serviços Externos	77
23 – Gastos com o Pessoal	77
24 – Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.....	79
25 – Juros e Rendimentos e Gastos Similares Obtidos/Suportados.....	80
26 – Imposto Sobre o Rendimento	80
27 – Garantias Prestadas.....	81
28 – Segmentos Operacionais	81
29 – Outras Informações Relevantes	83
Declaração de Conformidade.....	86
Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada	87
Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Consolidada elaborado por Auditor Externo	88
SIGLAS E ABREVIATURAS	89



1. Relatório de Gestão a 30 de Junho de 2009

1.1. Resumo das Actividades do GRUPO

EDIA

A EDIA é uma sociedade anónima criada através do Decreto-Lei n.º 32/95 de 11 de Fevereiro e de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (“EDIA” ou “Empresa”), segundo o qual passou a ser titular de todos os direitos e obrigações que pertenciam à Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva. O seu capital social é integralmente detido pelo Estado Português, através da DGT.

Nos termos do disposto no artigo 2.º do mencionado Decreto-Lei n.º 32/95, de 11 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.º 232/98, de 22 de Julho, n.º 335/01, de 24 de Dezembro e n.º 42/07, de 22 de Fevereiro, a EDIA tem actualmente por objecto social:

- A utilização do domínio público hídrico afecto ao empreendimento para fins de rega e exploração hidroeléctrica, mediante contrato de concessão a celebrar nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro;
- A concepção, execução e construção das infra-estruturas que integram o sistema primário do empreendimento, bem como a sua gestão, exploração, manutenção e conservação;
- A concepção, execução e construção das infra-estruturas que integram a rede secundária afecto ao empreendimento, em representação do Estado e de acordo com as instruções que lhe sejam dirigidas pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e
- A promoção, desenvolvimento e prossecução de outras actividades económicas cujo aproveitamento contribua para a melhoria das condições de utilização dos recursos afectos ao empreendimento, designadamente, a produção de cartografia e cadastro predial, a prestação de serviços de formação técnica e profissional em todos os níveis do ciclo formativo, nomeadamente, na concepção, planeamento, organização, desenvolvimento acompanhamento e avaliação de programas formativos, bem como a produção e venda de videogramas e material audiovisual.

Na persecução dos seus objectivos a EDIA continuou a desenvolver as actividades programadas para esse fim, nomeadamente, o de implementar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva até ao ano de 2013, isto é, equipar uma área de regadio de 110 mil hectares.

Neste âmbito, na Rede Primária, merece destaque a conclusão da Empreitada do Circuito de Segregação de Caudais da Albufeira de Alvito e a finalização da Empreitada do Circuito Hidráulico de Adução à Barragem de Odivelas. Na Rede Secundária a entrada em funcionamento dos Blocos de Rega de Cuba – Este, Oeste e Vidigueira, do Perímetro de Rega de Alvito – Pisão.



O 1.º semestre, foi também marcado pelo início de novas empreitadas de construção, quer da Rede Primária, quer da Rede Secundária, tais como: 3.º Troço do Adutor Pisão – Roxo (Ligação Penedrão – Roxo) e Barragem do Penedrão, Adutor de Pedrógão – Margem Esquerda e Reservatório da Orada, Conduta Elevatória de Brinches e Reservatório de Brinches – Sul, Adutores do Enxoé, Serpa, Laje e Barragem da Laje, Rede de Rega do Bloco de Faro, do Perímetro de Rega de Alvito – Pisão, Infra-estruturas de Rega, Viária e de Drenagem do Perímetro de Rega de Alfundão e respectiva Adução; Infra-estruturas de Rega, Viárias e de Drenagem dos Perímetros de Rega de Serpa, de Brinches – Enxoé, Estação Elevatória de Torre do Lóbio, Adutor de Serpa e Reservatório Serpa – Norte.

Procedeu-se também, no final do semestre, ao lançamento do Concurso Público, referente à Empreitada de Construção do Sistema de Segregação de Caudais à Barragem do Roxo.

A nível institucional destaca-se a atribuição, a 4 de Maio, pelo trabalho de conservação e promoção da biodiversidade em curso no PNN, do prémio “BES Biodiversidade”, entregue pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Exmo. Sr. Dr. Francisco Nunes Correia; e a representação da EDIA, a convite do Exmo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Agricultura e das Pescas, na 76.ª Internacional Agricultural Fair, Novi Sad, na República da Sérvia, entre 8 e 10 de Maio.

Saliente-se ainda, o aumento dos Recursos Humanos da empresa, por força da calendarização definida para o EFMA, com a antecipação dos investimentos de 2025 para 2013, a realização do processo de Avaliação de Desempenho de 2008 e a implementação do Projecto de Inventariação da Documentação de Arquivo da EDIA.

No período em análise, procedeu-se igualmente à implementação de uma aplicação informática que permite efectuar o controlo do limite dos ajustes directos associado ao novo código de Contratos Públicos, facto que implicou, a nível interno, alterações de procedimentos no processo de compras, ocorreu, igualmente, a adjudicação de uma plataforma para lançamento dos concursos públicos via electrónica, encontrando-se esta aplicação certificada por base.gov.pt.

O montante de investimento realizado no EFMA, sem capitalizações, ascendeu a M€ 119.650.087,60 sendo que, deste valor, M€ 49.711.789,87 incidiram na Rede Primária e M€ 67.874.811,95 na rede Secundária. No que respeita a origens de fundos destaca-se o aumento do capital social, a 17 de Março de 2009, de M€ 95,76; financiamento comunitário na ordem dos M€ 100,1 e PIDDAC no valor de M€ 38,71.



GESTALQUEVA

A Gestalqueva – Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e do Pedrógão, S.A., cujo capital social é detido em 51% pela EDIA, foi constituída a 7 de Março de 2003 e tem por objecto social:

- A concepção, promoção e execução de projectos de desenvolvimento e valorização das potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão e das respectivas envolventes;
- A gestão de utilizações dos planos de água;
- A prestação de serviços nos domínios do planeamento, ordenamento, monitorização e gestão de equipamentos e infra-estruturas de natureza ambiental na área compreendida pelas albufeiras de Alqueva e Pedrógão e dos concelhos do golfo daquelas albufeiras e
- A exploração de empreendimentos turísticos e de empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo da natureza.

GESCruZEIROS

A Gescruzeiros – Sociedade para o aproveitamento da Actividade Marítimo – Turística no Grande Lago Alqueva, S.A., nasceu das sinergias entre as empresas Gestalqueva e a Nautialqueva – Serviços Náuticos Lda. O capital social da Gescruzeiros, constituída a 16 de Março de 2006, é detido em 51% pela Gestalqueva e tem como objecto social:

- O desenvolvimento de actividades marítimo - turísticas;
- O de operador marítimo - turístico e
- O de animação turística nas albufeiras de Alqueva e de Pedrógão e na área correspondente aos municípios envolventes.

A Gescruzeiros S.A. tem como vocação estratégica desenvolver os passeios Marítimo – Turísticos no Grande Lago Alqueva tendo para isso adquirido três embarcações. A primeira, denominada “Guadiana Rio”, adquirida em 2006/07, com a capacidade de transporte de 120 passageiros, com grande conforto, possui ar condicionado, bar, sistema de áudio e som e espaços interiores e exteriores que permitem a circulação dos passageiros durante os passeios que podem durar várias horas. As outras duas embarcações, “Alcarrache” e “Degebe”, adquiridas à sócia Gestalqueva S.A., com capacidade para 25 passageiros cada, destinam-se a passeios de curta duração, em geral passeios de 60 a 90 minutos no máximo.



1.2. Actividades Desenvolvidas pela EDIA

1.2.1 Infra-estruturas em Exploração

Barragens de Alqueva e Pedrógão e Estação Elevatória dos Álamos

O nível da albufeira de **Alqueva** registou pequenas variações no 1.º semestre, tendo sido observado um nível médio a rondar a cota 148,20 m.

Em termos de exploração da albufeira de **Pedrógão**, manteve-se o padrão de uma variação frequente das cotas de armazenamento, entre o nível de pleno armazenamento, à cota 84,80 m, e o nível mínimo de exploração, situado à cota 79,00 m.

Prosseguiram, por outro lado, e no cumprimento do disposto no Plano de Observação das Barragens de Alqueva e de Pedrógão, as campanhas de leitura da aparelhagem de observação instalada nestas infra-estruturas, constatando-se a continuação do seu bom comportamento estrutural.

Decorreu também a exploração dos equipamentos da **Estação Elevatória dos Álamos**, tendo sido implementados diversos regimes de bombagem neste período que tiveram como resultado a adução de cerca de 7,5 hm³ de água à albufeira dos Álamos.

Centrais de Alqueva e Pedrógão

Neste âmbito, e nos termos do contrato de exploração das Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e Pedrógão e de subconcessão do domínio público hídrico, estabelecido entre a EDIA, S.A. e a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A., prosseguiram as actividades de exploração destas infra-estruturas por parte da concessionária.

A construção do reforço de potência da Central de Alqueva, a desenvolver pela Concessionária ao abrigo do contrato de concessão supra referido, teve seguimento, ao nível dos trabalhos de escavação, contenção e sustimento. Em cumprimento do estabelecido no referido contrato, a EDIA continuou a acompanhar as actividades de exploração da EDP no decurso deste período.

Redes Primária e Secundária

O nível de armazenamento na albufeira dos Álamos registou algumas oscilações neste semestre, motivadas pelas diversas operações de adução de água à albufeira do Loureiro. Para suprir as necessidades de abastecimento ao Perímetro de Rega do Monte - Novo procedeu-se, no período, à transferência de água a partir da albufeira dos Álamos. Neste período teve ainda início a adução de água à albufeira de Alvito para reforço do



volume armazenado e abastecimento aos Reservatórios da Rede Secundária do Perímetro de Rega de Alvito - Pisão (Cuba Oeste, Cuba Este e Vidigueira).

Tiveram continuidade, por outro lado, as campanhas previstas nos Planos de Observação das Barragens de Álamos III, II e I e do Loureiro, realçando-se o bom comportamento de todas estas estruturas de retenção.

No seguimento da assinatura do Auto de Recepção Provisória do Fornecimento dos Equipamentos de Telegestão e Televigilância para as Ligações Álamos - Loureiro, Loureiro - Monte - Novo e Loureiro - Alvito, regista-se o funcionamento dos equipamentos de telegestão e de televigilância ao serviço da exploração das infra-estruturas da Rede Primária da EDIA, com uma assinalável economia de recursos proporcionada pela operação remota dos diversos órgãos de exploração.

Prosseguiram as actividades relacionadas com a manutenção e conservação das infra-estruturas da Rede Primária da EDIA, em particular dos seus equipamentos. Neste âmbito, tiveram relevância as actividades desenvolvidas no Canal Loureiro - Monte Novo e Alvito - Pisão, através dos quais foi transferida água para os reservatórios da Rede Secundária de Rega, para efeitos de exploração e realização de ensaios e primeiros enchimentos, respectivamente. De realçar, também, o início do funcionamento da ligação Loureiro - Alvito, enquanto infra-estrutura nuclear do Sistema.

Nas Barragens de Amoreira, Brinches e Serpa, após a realização das vistorias de fim de montagem dos equipamentos eléctricos e hidromecânicos, com vista ao início da exploração destas infra-estruturas, foi registada a ligação da alimentação de energia às Barragens de Amoreira e Brinches, aguardando-se, no caso da Barragem de Serpa, a conclusão de um procedimento de transferência de titularidade da alimentação ali existente. Solicitou-se ao INAG o agendamento da vistoria prévia ao início do enchimento.

Por último refere-se que entrou em exploração o Perímetro de rega do Monte Novo, com 7.714 ha de área de regadio. Este Perímetro inclui 4 blocos e está integrado no subsistema de Alqueva que totaliza 59.690 ha. Foi já constituída uma Associação de Regantes, a quem deverá ser atribuída pelo Estado a gestão, exploração, manutenção e conservação das infra-estruturas integradas no perímetro e com quem a EDIA prevê celebrar um contrato de fornecimento de água, cujas bases gerais terão de ser estabelecidas por portaria dos Ministérios respectivos. Cabe também ao Estado Português, sob proposta do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprovar o respectivo tarifário a cobrar pela EDIA.

Dos 7.714 ha equipados no 1.º semestre verificou-se uma inscrição de 2.850 ha com um consumo de água de aproximadamente 3.500.000 m³, sendo as culturas predominantes o olival com 50% da área, e o remanescente de vinha, pastagem e milho.

Central Fotovoltaica de Alqueva

Neste período prosseguiu a exploração da Central Fotovoltaica de Alqueva, tendo sido produzidos cerca de 36.598 kWh.



Albufeiras do EFMA – Gestão e Exploração dos Recursos Naturais

Gestão da Água – Estado das Massas de Água e Gestão de Albufeira

No âmbito do *“Levantamento das Fontes de Poluição na Área de Influência do Sistema Alqueva – Pedrógão e Rede Primária de Rega”*, foi entregue o Relatório Final e a base de dados referente aos trabalhos de *“Levantamento das Fontes de Poluição Localizadas na Bacia Hidrográfica da Barragem de Alvito”*. Em termos de Coordenação Luso-Espanhola continuou a ser efectuado o acompanhamento do cumprimento das conclusões operacionais definidas no *“Estudo das Condições Ambientais no Estuário do Rio Guadiana e Zonas Adjacentes - Conclusões Operacionais - Fevereiro de 2005”*. Procedeu-se igualmente ao acompanhamento do cumprimento das medidas referentes ao regime de manutenção dos caudais ecológicos das infra-estruturas da Rede Primária em fase de exploração (infra-estruturas do sistema dos Álamos, Loureiro e Reservatório R4).

Ao longo do semestre continuou a decorrer a manutenção regular da sinalização de segurança junto às barragens de Alqueva, Pedrógão e captação dos Álamos.

Gestão das Áreas Sobrantes e da Faixa Interníveis das Albufeiras Integradas no EFMA

No que respeita à beneficiação do coberto vegetal na envolvente das albufeiras de Alqueva e Pedrógão, e com a presença da Equipa de Fiscalização e Vigilância em permanência no campo, foram realizadas visitas periódicas às diversas áreas, de forma a garantir a detecção atempada de eventuais ocorrências que possam prejudicar a sanidade ou o desenvolvimento das plantas instaladas nessas áreas.

Neste período foram elaboradas as especificações técnicas do Projecto das Jangadas Solares para a Criação de Bosques Ripícolas de Cabeceira, bem como todos os elementos necessários ao lançamento do mesmo.

Relativamente à **gestão do património** finalizaram-se os trabalhos de beneficiação e manutenção das áreas sobrantes e interníveis da EDIA, referentes à implementação da 2.ª fase do Plano de Gestão definido para 2008/2009 e da 1.ª fase do Plano de Gestão definido para 2009/2010. Tiveram início os trabalhos de rega do coberto vegetal da zona do Pedrógão, com conclusão prevista para o próximo trimestre.

Utilização Privativa do Domínio Público Hídrico

No 1.º semestre continuou a ser prestado apoio aos requerentes na instrução dos pedidos de Licença/Concessão de Captação de Águas Superficiais, tendo sido analisados os processos em tramitação na EDIA. Foram recebidos doze novos pedidos de captação de água para rega e emitidos seis títulos de utilização do domínio público hídrico afecto ao EFMA (contratos de concessão).



Com o objectivo de caracterizar a situação inicial, prévia à emissão dos títulos de utilização privativa pela EDIA, e de acompanhar a evolução dessas zonas, após a atribuição dos títulos, a Equipa de Fiscalização e Vigilância, realizou diversas visitas de campo às zonas de instalação de algumas das captações requeridas.

1.2.2 Infra-estruturas em Construção

Na Rede Primária de Rega, subsistema Alqueva, foram concluídos, no 1.º semestre, os trabalhos das empreitadas do **Circuito de Segregação de Caudais da Albufeira de Alvito** e da **Beneficiação da Estrada do Peral**, tendo-se efectuado, neste período, as respectivas recepções provisórias.

No final do semestre concluíram-se ainda os trabalhos da empreitada do **Circuito Hidráulico de Adução à Barragem de Odivelas**, com excepção dos ensaios do sistema de automação, que serão realizados quando a central mini-hídrica de Odivelas estiver concluída.

Prossegue, por outro lado, a construção da **Ligação Pisão - Roxo**, constituída por um canal com cerca de 24Km de extensão, dividido em três troços, e a Barragem Penedrão.

Em Janeiro de 2009 tiveram também início os trabalhos da empreitada de **Beneficiação do Caminho Municipal 1119** (Monte do Trigo/ER 384 – Portel – Viana do Alentejo).

No final do semestre procedeu-se ao lançamento do Concurso Público referente à **Empreitada de Construção do Sistema de Segregação de Caudais à Barragem do Roxo** do EFMA.

Na Rede Secundária, e no que respeita ao **Perímetro de Rega Alvito – Pisão**, entraram em funcionamento, na presente campanha de rega, os Blocos de Rega de Cuba - Este, Cuba - Oeste e Vidigueira. No Bloco de Rega de Faro foi concluída a rede viária e de drenagem, continuando os trabalhos no reservatório e rede de rega, autorizados pelas entidades licenciadoras.

Neste período decorreram os trabalhos referentes aos *Primeiros Blocos* (Blocos de Rega de Ferreira Figueirinha e Valbom) do **Perímetro de Rega do Pisão – Roxo** e foi adjudicada a empreitada do **Perímetro de Rega de Alfundão e respectiva Adução**, tendo a sua consignação ocorrido no mês de Maio. Teve início, neste âmbito, a montagem de estaleiro, a movimentação de terras para execução do reservatório, a escavação da vala do adutor de Alfundão, o aprovisionamento de materiais e a escavação na rede de rega.

No Subsistema Ardila concluiu-se a empreitada de **Restabelecimento da EN 386 – Trecho de Interligação das Barragens de Brinches e Amoreira e Intervenção Norte/Nascente** e realizou-se a respectiva recepção provisória.

A consignação parcial da empreitada de construção dos **Adutores do Enxóe, Serpa e Laje e Barragem da Laje**, nomeadamente, os trabalhos de construção dos Adutores, foi realizada em Janeiro. No decurso do 1.º



semestre decorreram, na barragem da Laje, trabalhos de terraplenagens gerais. Deu-se também início aos projectos dos equipamentos hidromecânicos, instalações eléctricas e sistema de automação.

Ainda na margem esquerda do Guadiana, as infra-estruturas primárias continuam a avançar, prosseguindo os trabalhos de construção na **Estação Elevatória de Pedrógão – Margem Esquerda** e no **Adutor de Pedrógão – Margem Esquerda e Reservatório da Orada e Estação Elevatória de Brinches**.

A empreitada de construção da **Conduta Elevatória de Brinches e Reservatório de Brinches Sul** iniciou-se em Fevereiro, tendo sido realizados, no decurso do 1.º semestre, trabalhos de abertura da vala e assentamento de tubagem da conduta elevatória e de preparação da fundação do reservatório de Brinches Sul.

No mesmo subsistema, mas na Rede Secundária, decorreram os trabalhos das Empreitadas de Construção das Infra-estruturas de Rega, Viária e de Drenagem dos **Perímetros de Rega de Orada – Amoreira e Brinches**.

No início de 2009 realizaram-se trabalhos de movimentação de terras na Estação Elevatória da Torre do Lóbio, da Empreitada de Construção da **Estação Elevatória da Torre do Lóbio, Adutor de Serpa e Reservatório Serpa – Norte**. Em Janeiro foi efectuada a consignação parcial desta empreitada, referente ao Adutor de Serpa e Reservatório de Serpa - Norte.

No 1.º semestre tiveram ainda início as Empreitadas de Construção das Infra-estruturas de Rega, Viária e de Drenagem dos **Perímetros de Rega de Brinches – Enxoé e de Serpa**.

Em simultâneo com as empreitadas referidas decorreram os respectivos trabalhos arqueológicos resultantes de situações desconhecidas identificadas na fase prévia às obras e no decurso das mesmas.

Mini – Hídricas

Com o objectivo de aproveitar a transferência de água que é feita pelas infra-estruturas da Rede Primária e de otimizar a produção de energia ao longo de todo o sistema, tiveram continuidade, durante este período, as Empreitadas e Fornecimentos dos Equipamentos das quatro **Centrais Mini – Hídricas: Alvito, Odivelas, Roxo, e Serpa**.



1.2.3 Projectos em Curso

Redes Primária e Secundária

Em termos de Rede Primária, Subsistema Alqueva, foi adjudicada, neste período, a revisão do Projecto de Execução da **Adução Pisão – Beja**, prevendo-se a entrega de um dos lotes até meados de Julho. Procedeu-se ainda à recepção da DIA relativa ao EIA deste projecto.

No Projecto de Execução do **Circuito Hidráulico de Vale de Gaio**, foram entregues as componentes do SIG e expropriações. As componentes referentes ao último troço e central serão entregues no decurso do 3.º Trimestre. O EIA do Projecto de Execução do Circuito Hidráulico de Vale de Gaio foi concluído, na sequência da entrega, análise e validação do Relatório Final deste estudo e sua formalização para efeitos de Procedimento de AIA.

Na Rede Secundária, no mesmo Subsistema, prosseguiram os trabalhos do Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Bloco de Rega de Ervidel (*Segundos Blocos* do **Perímetro de Rega do Pisão – Roxo**). Decorreu o acompanhamento técnico da elaboração do EIA, tendo-se procedido, neste período, à entrega do respectivo Relatório Intercalar.

O Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do **Perímetro de Rega de Vale de Gaio**, continua em curso. Foi efectuado o acompanhamento técnico do Relatório Intercalar do EIA.

No Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Bloco de Rega de Cinco Reis, Trindade e Chancuda, do **Perímetro de Rega do Pisão – Beja**, procedeu-se à entrega da Nota Técnica (Infra-estruturas Secundárias de Rega – Redes de Rega e Estações Elevatórias e de Filtragem). Neste período procedeu-se à entrega e apreciação da Nota Técnica do EIA. Ainda neste Perímetro de Rega, foram iniciados os trabalhos do Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Bloco de Rega Beringel – Beja.

No âmbito do Projecto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais do Bloco de Rega de Aljustrel, **Perímetro de Rega do Roxo – Sado**, foram entregues as Notas Técnicas com as várias soluções alternativas para a adução e distribuição da rede ao bloco de rega. Procedeu-se à discussão, para definição da solução a desenvolver no Projecto de Execução. Decorreu ainda o acompanhamento técnico da elaboração do Estudo de Incidências Ambientais.

Continuaram os trabalhos do Projecto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais do **Perímetro de Rega de Loureiro – Alvito** tendo sido entregue o Estudo Prévio contendo duas soluções para posterior análise e discussão. Decorreu o acompanhamento técnico e foi entregue o Relatório Intercalar do Estudo de Incidências Ambientais deste projecto.

Na margem esquerda do rio Guadiana, Rede Primária de Rega, decorrem os trabalhos do **Projecto de Execução do Circuito Hidráulico Amoreira - Caliços** com a realização e análise de trabalhos de prospecção complementar. Encontra-se em curso a pormenorização da Estação e Conduta Elevatórias, dos equipamentos



de protecção e complementares e Barragem de Caliços. Relativamente à Barragem de Caliços subsistem ainda algumas questões quanto às infra-estruturas adutoras de entrada e saída (Amoreira - Caliços, Caliços - Pias, Caliços - Moura, Caliços - Machados). Foram iniciados os trabalhos relativos à elaboração do EIA.

Em fase avançada de desenvolvimento encontram-se os estudos no âmbito do **Projecto de Execução do Circuito Hidráulico Caliços – Pias**. O Adutor Caliços - Pias foi já objecto de optimização significativa quanto ao seu dimensionamento, havendo apenas que o compatibilizar com os estudos finais do Bloco de Rega de Pias, parcialmente servido por picagens deste adutor, e aferir as inerentes condicionantes patrimoniais e arqueológicas. A Barragem de Pias encontra-se em fase avançada de pormenorização. Foram ainda iniciados os trabalhos relativos à elaboração do EIA deste Circuito.

Neste período teve continuidade o acompanhamento técnico dos estudos dos **Projectos de Execução e Estudos de Impacte Ambiental do Adutor Caliços - Machados** e respectivo **Bloco de Rega** e do **Adutor Caliços - Moura** e respectivo **Bloco de Rega**. Decorreu igualmente o acompanhamento técnico da elaboração dos EIA's.

Na Rede Secundária, e quanto ao **Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Bloco de Rega de Pias**, encontram-se em fase avançada os estudos da rede de rega deste bloco. Na parte ambiental foi validado o Relatório Preliminar do EIA.

Neste período procurou-se efectuar a definição da área a ser regada no âmbito do **Emparcelamento dos Coutos de Moura** e, tendo em vista o lançamento do concurso para a realização da segunda fase do Projecto de Execução, foram reunidos e trabalhados um conjunto de dados de base. O EIA em fase de Estudo Prévio encontra-se concluído e será lançado, em fase de Projecto de Execução, com a segunda fase deste projecto.

No Subsistema de Pedrógão e no que respeita ao **Projecto de Execução da Estação Elevatória e do Circuito Hidráulico do Pedrógão (Margem Direita)**, acompanhou-se o desenvolvimento dos respectivos estudos. Foram entregues as versões finais dos projectos Barragem de S. Pedro, Rede de Adução Primária e Rede de Drenagem. Procedeu-se à conclusão e validação do Relatório Final do EIA da Estação Elevatória e do Circuito Hidráulico do Pedrógão (Margem Direita), tendo-se procedido ao seu envio para efeitos de procedimento formal de AIA.

Quanto ao **Projecto de Execução do Circuito Hidráulico do S. Matias**, reiniciados os trabalhos com as novas definições das áreas a regar, foi entregue o Estudo Prévio de S. Matias (revisto considerando a exclusão da área da ZPE) e definido o novo circuito de adução primária com uma optimização dos encargos energéticos associados. Na componente ambiental foi iniciada a elaboração do EIA do Circuito Hidráulico de São Matias,

No **Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Circuito Hidráulico São Pedro - Baleizão e Respectivo Bloco de Rega**, e depois de definida a área a regar, decorreu a consulta pública aos agricultores para definição das redes de rega. Decorrem os estudos de implantação do novo circuito de adução primária e o acompanhamento da elaboração da Nota Técnica do EIA.



No semestre foram também iniciados os trabalhos do **Projecto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Circuito Hidráulico Baleizão - Quintos e respectivo Bloco de Rega**. Decorreu igualmente a elaboração e o acompanhamento técnico do EIA. Encontram-se em curso os estudos expeditos de modelação global do subsistema do Pedrógão para basear o dimensionamento do Circuito Hidráulico a jusante da Barragem de S. Pedro.

No 1.º semestre desenvolveram-se várias actividades com o objectivo de assegurar os **procedimentos expropriativos** associados aos projectos em curso, tendo-se registado intervenções em várias áreas geográficas do Empreendimento.

Nos projectos em fase final do processo expropriativo teve lugar o acompanhamento de comissões arbitrais e peritagens; a regularização de situações de registo e o acompanhamento de situações resultantes das obras.

Nos projectos em curso decorreram levantamentos de campo; avaliações; negociações; vistorias *“ad perpetuam rei memoriam”*; autos de posse administrativa e de expropriação amigável; registos e acompanhamento de situações resultantes de obra.

Relativamente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da prestação de serviços com a Simarsul, teve lugar o encaminhamento dos processos das parcelas a expropriar e/ou a constituir servidão a seu favor, dos demais subsistemas/empreitadas, nas várias fases do procedimento administrativo, no âmbito do código das expropriações (Lei 168/99 de 18 de Setembro).

1.2.4 Promoção, Inovação e Internacionalização

No 1.º semestre continuaram as actividades de implementação do novo módulo do SISAP - Elaboração de Cartas de Aptidão Cultural para o Perímetro de Rega do Alqueva, bem como as acções de divulgação deste programa e de fornecimento de resultados aos seus utilizadores. Prevê-se, para além da viabilidade técnica e adaptabilidade agronómica das culturas, criar um módulo no sentido de determinar a sua rentabilidade económica. Desenvolver-se-á, por outro lado, uma outra aplicação desta ferramenta, referente aos balanços energéticos e de carbono. Procurar-se-á também estimar o impacto das alterações climáticas na adaptação das diferentes culturas na área de influência de Alqueva e criar um novo módulo para as culturas que poderão servir de matéria - prima para a bioenergia.

Tendo em conta a nova estratégia da EDIA de promoção do espaço Alqueva, de captação de investimento essencialmente no sector agro-alimentar e de internacionalização de diferentes áreas de negócio da empresa referenciam-se, no que respeita a parcerias estratégicas a nível nacional e internacional em que a empresa se encontra envolvida, o Integralar – Pólo de competitividade para o Sector Agro-alimentar, AICEP e AICEP Global Parques. Procedeu-se ainda, neste contexto, à planificação das visitas da EDIA à Sérvia e Angola, estando em preparação eventuais participações em certames de divulgação Internacional em Israel e Macau.



Assinale-se, neste particular, a participação da EDIA, entre 8 e 10 de Maio, na 76.^a Internacional Agricultural Fair em Novi Sad, na República da Sérvia, no âmbito da qual se efectuou uma apresentação do projecto Alqueva e se apostou no aprofundamento de relações bilaterais entre os dois países. O objectivo é que a cooperação a encetar se centre essencialmente em dois domínios de actuação: o apoio da EDIA no desenvolvimento das infra-estruturas da Sérvia, no quadro da pré-adesão à UE e o desenvolvimento de parcerias agrícolas e agro-industriais orientadas para o investimento na área de influência do Alqueva.

No que respeita ao acompanhamento de potenciais investidores na área de influência do EFMA, tem vindo a ser efectuada uma colaboração com a AICEP, tendo em consideração o estudo da possibilidade de implementação de um projecto industrial de produtos farmacêuticos, com base na cultura da papoila, na área de influência de Alqueva. Foi produzida documentação técnica baseada no SISAP, respeitante à adaptabilidade de diversas espécies de frutícolas e hortícolas à área de influência de Alqueva. Na sequência deste trabalho, foi realizado um levantamento da área de culturas permanentes: olival, vinha e pomares.

Biocombustíveis

No que respeita aos **Biocombustíveis** continuaram a ser desenvolvidas acções com a finalidade de promover a experimentação, o estudo e a implementação de culturas oleaginosas em Alqueva. Tiveram lugar, neste âmbito e em conjunto com a ESAB e a DRAPA, acções de experimentação da colza e girassol, nomeadamente, ensaios de variedades, determinação do teor de óleo, de biodiesel e determinação dos custos de produção da cultura. No que respeita ao **Bietanol**, iniciaram-se, em colaboração com estas entidades, acções de experimentação de milho.

1.2.5 Ambiente, Património e Ordenamento do Território

Valorização de Património Cultural

Implementação de Medidas de Minimização

Em termos da **Implementação de Medidas de Minimização** desenvolveram-se diversos projectos, de âmbitos distintos.

No **Património Cultural** e no que respeita a medidas de minimização prévias à obra temos:



Rede Primária

Estações Elevatórias de Pedrógão, Brinches e Torre do Lóbio, Central Hidroelétrica de Serpa e Conduta Elevatória de Pedrógão

Conclusão dos trabalhos arqueológicos de minimização de impactes no sítio Malhada da Orada 2, localizado em área a afectar pela Conduta Elevatória de Pedrógão. Estes trabalhos decorrem do processo de AIA das Estações Elevatórias de Pedrógão, Brinches e Torre do Lóbio, da Central Hidroelétrica de Serpa e da Conduta Elevatória de Pedrógão.

Barragem da Laje

Conclusão dos trabalhos arqueológicos de minimização de impactes no sítio Torre Velha 3, localizado em área a afectar pela execução da Barragem da Laje, executados na sequência do processo de AIA do projecto.

Troço de Ligação de Pisão - Roxo

Conclusão dos trabalhos de minimização de impactes no sítio Vinha das Caliças 4, localizado em área a afectar pela execução do Troço de Ligação de Pisão - Roxo. A execução destes trabalhos decorre do respectivo processo de AIA.

Ligação de Pisão - Roxo - Barragem do Penedrão

Execução de trabalhos arqueológicos de minimização de impactes no sítio Vale Frio, afectado pela execução da Barragem do Penedrão. A execução destes trabalhos decorre do respectivo processo de AIA.

Adutor de Brinches - Enxoé

Execução dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação do Adutor de Brinches - Enxoé (Troços 1 e 2), a executar em fase prévia à obra, na sequência do processo de AIA dos Adutores de Pedrógão, Brinches - Enxoé e Serpa.

- Foram intervencionadas 14 ocorrências patrimoniais.

Adutores de Serpa e Guadalupe

Execução de trabalhos arqueológicos de minimização de impactes nos sítios Torre do Lóbio 1 e Torre do Lóbio 5, decorrentes da implementação do Adutor de Serpa. Estes trabalhos decorrem do processo de AIA dos Adutores de Pedrógão, Brinches - Enxoé e Serpa.

Dispositivo de Segregação de Águas da Barragem de Odivelas

Preparação dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação do Dispositivo de Segregação de Águas da Barragem de Odivelas, a executar em fase prévia à obra, na sequência do processo de AIA do Circuito Hidráulico de Adução a Odivelas.

- Irão ser executados trabalhos arqueológicos no sítio Monte da Azinheira.



Rede Secundária

Perímetro de Rega de Brinches

Conclusão dos trabalhos arqueológicos de minimização de impactes no sítio Monte da Salsa, localizado em área a afectar pela execução dos Blocos de Rega de Brinches, executados na sequência do processo de AIA do Bloco Oeste do Subsistema de Rega do Ardila.

Perímetro de Rega de Serpa

Execução dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação dos Blocos de Rega de Serpa (Blocos A e B), a executar em fase prévia à obra, na sequência do processo de AIA do Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila. Neste contexto foram intervencionadas 22 ocorrências. Face aos resultados obtidos encontra-se em fase de planeamento a execução de trabalhos complementares nos sítios Santa Maria e Aldeia do Grilo.

- Na área a afectar pelo Adutor da Guadalupe, integrado na empreitada de execução dos Blocos de Serpa, foram executados trabalhos arqueológicos de minimização de impactes em 5 ocorrências.

Perímetro de Rega de Brinches – Enxoé

Execução dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação dos Blocos de Rega de Brinches - Enxoé (Blocos A e B), a executar em fase prévia à obra, na sequência do processo de AIA do Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila.

- Foram intervencionadas, neste contexto, 16 ocorrências. Face aos resultados obtidos encontra-se em fase de planeamento a execução de trabalhos complementares nos sítios Espicharrabo 3 e Ponte do Enxoé.

Perímetro de Rega de Orada – Amoreira

Conclusão dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação dos Blocos de Rega de Orada - Amoreira, a executar em fase prévia à obra, na sequência do processo de AIA dos Blocos Oeste do Subsistema de Rega do Ardila.

- Foram executados trabalhos arqueológicos nos sítios: Corça 1, Quinta do João Privado e Caliços 1.

Blocos de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom (Perímetro de Rega do Pisão – Roxo)

Execução dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação dos Blocos de Rega de Ferreira e Valbom (Blocos A e B), a executar em fase prévia à obra, na sequência do respectivo processo de AIA. Das 26 ocorrências cuja minimização decorre do processo de AIA, falta ainda concluir os trabalhos no sítio Monte do Pombal 2 (que se revelou o mais complexo) e ainda não foram iniciados os trabalhos no sítio Ribeira do Vale do Duro 3, devido a condicionantes relacionadas com a detecção de *Linaria ricardoi* no local.



Perímetro de Rega de Ferreira e Valbom

Preparação dos trabalhos de minimização de impactes a executar no povoado do Porto Torrão, decorrentes do processo de AIA do Bloco de Rega de Ferreira e Valbom. O início dos trabalhos está pendente da emissão de parecer por parte da Comissão de Avaliação deste projecto.

Perímetro de Rega de Alfundão

Início dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da implementação dos Blocos de Rega de Alfundão (Blocos A e B), a executar em fase prévia à obra, na sequência do respectivo processo de AIA.

- Foram já concluídos os trabalhos arqueológicos em 4 ocorrências patrimoniais. Falta iniciar os trabalhos em 6 ocorrências patrimoniais.

Bloco de Rega de Faro (Perímetro de Rega do Alvito – Pisão)

Execução de trabalhos arqueológicos de minimização de impactes no sítio Monte dos Atafuis 2, realizados na sequência do processo de AIA dos Blocos de Rega de Alvito - Pisão. Estes trabalhos só agora foram executados devido a condicionantes anteriores relativas à ZPE de Cuba.

- Faltam ainda executar, neste âmbito, trabalhos de minimização nos sítios Covas 2 e Covas 3.

Desenvolveram-se, em simultâneo, vários Projectos de Recuperação/Reabilitação de Galerias Ripícolas.

Monitorização Ambiental

No domínio da monitorização ambiental decorreram vários Programas de Monitorização no Sistema Alqueva – Pedrógão e Redes Primária e Secundária de Rega apresentando-se o respectivo ponto de situação, para o período, nos quadros seguintes.

Quadro 1 - Programas de Monitorização do Sistema Alqueva - Pedrógão

Sistema Alqueva - Pedrógão	Ponto de Situação
Programas de Monitorização	
Estado das Águas de Superfície	
Monitorização da Qualidade da Água do Sistema Alqueva - Pedrógão (Ano Hidrológico 2008/2009 - 2.º Semestre)	Em curso
Fauna, Flora e Vegetação	
Mon. da Biodiversidade na Envolvente do Sistema Alqueva - Pedrógão – Comunidades Avifaunísticas (Inverno 2007/2008)	Em fase de conclusão
Monitorização do Dispositivo de Passagem para Peixes, instalado na barragem de Pedrógão	Em curso



Quadro 2 - Programas de Monitorização da Rede Primária de Rega

Rede Primária e Outras Origens de Água	Ponto de Situação
Programas de Monitorização	
Estado das Águas de Superfície e Estado das Águas Subterrâneas	
Programa de Monitorização do Sistema Primário do EFMA (Ano Hidrológico 2008/2009) - 2.º Semestre	Em curso
Mon. dos Recursos Hídricos Superficiais da Rede Primária do EFMA (Ano Hidrológico 2009/2010)	Preparação de Concurso Público
Monitorização dos potenciais impactes da transferência da água Guadiana - Sado na Ictiofauna	Em curso
Monitorização das linhas de água a jusante das barragens de Odivelas, Furta Galinhas, S. Pedro e Pias	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos - Troço de Ligação Alvito - Pisão (fase de construção)	Em fase de conclusão
Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos - Troço de Ligação Alvito - Pisão (fase de exploração)	Em curso
Mon. dos Rec. Hídricos Superficiais da Rede Primária do Subsistema de Rega do Ardila (Fase de Construção) - Barragem da Laje	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Superficiais do Circuito Hidráulico de Adução à Barragem de Odivelas	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos do Troço de Ligação Pisão-Roxo e Barragem do Penedrão	Em curso
Fauna, Flora e Vegetação	
Monitorização da Eficácia das Medidas de Minimização do Efeito Barreira e do Efeito Armadilha	Em curso
Caracterização da situação de referência de Flora e Vegetação na área envolvente do Circuito de Adução à Bar. de Odivelas	Em fase de conclusão
Outros Descritores	
Monitorização do Ambiente Sonoro na Estação Elevatória Serpa - Norte	Em curso
Monitorização do Ambiente Sonoro no Troço de Ligação Pisão - Roxo e Barragem do Penedrão	Em curso



Quadro 3 - Programas de Monitorização da Rede Secundária de Rega

Rede Secundária Rega	Ponto de Situação
Programas de Monitorização	
Estado das Águas de Superfície e Estado das Águas Subterrâneas	
Monitorização da Qualidade da Água e da Ictiofauna nos Blocos de Rega do Pisão	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos e Qualidade Ecológica na Área dos Blocos de Rega Alvito-Pisão	Em curso
Mon. dos Recursos Hídricos na Área dos Blocos de Rega de Alfúndão e Respectiva Adução para a Fase de Construção	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Área da Barragem do Pisão e dos Blocos de Rega do Pisão	Em curso
Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos dos Blocos de Rega do Monte Novo	Em curso
Fauna, Flora e Vegetação	
Caracterização da situação de referência da flora e vegetação na envolvente da Barragem do Pisão, realizada em 2007	Concluído
Monitorização da flora e vegetação na envolvente da Barragem do Pisão – Primavera/Verão 2008	Concluído
Monitorização da flora e vegetação na envolvente da Barragem do Pisão – Outono de 2008	Em fase de conclusão
Monitorização da Avifauna na Barragem do Pisão (2008/2009)	Em fase de conclusão
Monitorização da Avifauna na Barragem do Pisão (2009 - 2011)	Em curso
Monitorização da Ictiofauna no Bloco de Rega do Monte Novo	Em fase de conclusão
Monitorização da Ictiofauna e dos Recursos Hídricos Superficiais nos Blocos de Rega do Monte Novo	Em curso
Monitorização das Aves Estepárias e de Rapina nos Blocos de Rega do Monte Novo, Alvito-Pisão e Pisão (2008/2009)	Em fase de conclusão
Monitorização das Aves Estepárias e de Rapina nos Blocos de Rega do Monte Novo, Alvito-Pisão e Pisão (2009/2010)	Em curso
Caract. da situação de referência das aves estepárias nos Blocos de Rega de Alfúndão e de Ferreira e Valbom (2008/2009)	Em fase de conclusão
Monitorização das aves estepárias nos Blocos de Rega de Alfúndão e de Ferreira e Valbom (2009/2010)	Em curso
<i>Linaria ricardoi</i> na Rede Secundária de Rega (2009)	Em fase de conclusão
<i>Linaria ricardoi</i> na Rede Secundária de Rega (2009/2010)	Em curso
Solos	
Mon. do Solo nos Blocos de Rega do Monte Novo, Alvito - Pisão e Pisão	Procedimento de Ajuste Directo - Adjudicado



Em relação às estações automáticas do Sistema Alqueva - Pedrógão, decorrem as acções de manutenção das estações da EDIA e do equipamento instalado nalgumas das estações do INAG (sondas de meio e de fundo e amostradores automáticos).

Neste período procedeu-se também à reparação da plataforma flutuante da estação automática de qualidade Alqueva - Jusante, bem como ao reforço do maciço de fixação desta estação, cuja margem se encontrava ligeiramente erodida devido à oscilação da cota da albufeira de Pedrógão.

Sistemas de Gestão na Área Ambiental

Sistemas de Informação de Recursos Hídricos de Alqueva (SHIRAL) – Concepção Implementação

Neste período continuaram os trabalhos de acompanhamento do projecto ODeAnA. Ao longo do semestre tiveram igualmente continuidade as actividades de divulgação e disseminação de informação associada aos recursos hídricos, através dos seguintes boletins: Boletim Diário, Boletim de Qualidade da Água e Boletim com periodicidade mensal para divulgação interna do regime de caudais ecológicos para o Sistema Alqueva - Pedrógão e Rede Primária do EFMA.

Diversos

Neste período foram desenvolvidos os trabalhos necessários à preparação do Concurso de Fotografia “Água e Biodiversidade”, cujo lançamento teve lugar no dia 1 de Junho. Pretende-se, com esta iniciativa, assinalar as comemorações do Dia Mundial da Monitorização da Água, a celebrar no próximo 18 de Outubro, e os 10 anos dos “Trabalhos de Biologia no Alqueva” realizados pela EDIA antes da construção da barragem de Alqueva e que permitiram conhecer, de forma detalhada, a biodiversidade de diferentes grupos biológicos na área que envolve a actual albufeira do Alqueva.

1.2.6 Projectos Especiais

Parque de Natureza de Noudar

No 1.º semestre foi aprovado, pela Autoridade Florestal Nacional, o Plano de Gestão Florestal da Herdade da Coitadinha. Concluiu-se ainda a limpeza dos aceiros e faixas de controlo de combustível para redução do risco de incêndio e implementou-se o sistema de vigilância aos incêndios – 2009.

Ao longo deste período teve lugar a exploração agrícola, turística e ambiental da propriedade através de actividades de gestão florestal, pecuária, hortícola, cinegética, hoteleira, ambiental e interpretativa (caso do



Campo de Férias e da organização do “*Workshop de Cogumelos*”, entre outras actividades). Teve ainda lugar uma visita de controlo e certificação do Modo de Produção Biológico. Destaque também para a realização do “*Desafio Botânico*” (a 25 de Abril) e para a visita de parceiros espanhóis e do Presidente do Município de Moura, no âmbito do Projecto IBERLINX. Referência, por último, no final de Abril, para a participação no 3.º Workshop da Associação Portuguesa Desenvolvimento Rural – Turismo e Sustentabilidade, em Ponta Delgada e, a 4 de Maio, para o Prémio “*BES Biodiversidade*”, distinção recebida pela EDIA pelo trabalho de conservação e promoção da biodiversidade em curso no PNN. O Prémio foi entregue pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Exmo. Sr. Dr. Francisco Nunes Correia, numa cerimónia realizada em Lisboa.

Museu da Luz

No 1.º semestre e no âmbito da função museológica do Museu da Luz, referência, na área de investigação, para o Protocolo com a Universidade de Évora - Projecto “*Mercator*”, no âmbito da candidatura do Museu para a realização de doutoramentos *Erasmus Mundi*. Em relação à política de incorporação, indique-se a recepção formal do espólio arqueológico da freguesia da Luz proveniente do PMI. Foi ainda aprovado o Plano de Exposições para o ano de 2009 e procedeu-se ao planeamento das exposições do projecto “*Dar voz aos objectos*” e das exposições temporárias de curta duração, a ter lugar em 2009. Em termos de parcerias, referência, entre outras, para o “Museu Temporário” (comissário Luís Serpa), com exposições simultâneas em museus e instituições culturais em Lisboa, Alentejo, Centro e Extremadura Espanhola e para o Festival Escrita na Paisagem.

Procedeu-se igualmente, no âmbito da preparação da nova edição com a publicação dos resultados científicos das escavações arqueológicas efectuadas no Castelo da Lousa, à definição dos conteúdos com vista à publicação destes resultados, no âmbito da proposta para parceria editorial com o Museu Arqueológico de Mérida.

Relativamente às actividades de dinamização destaque, entre outras acções, para a participação no Festival Escrita na Paisagem e, de 16 a 19 de Maio, para o Programa do Dia Internacional dos Museus e da Noite dos Museus. De 31 de Maio a 2 de Junho tiveram ainda lugar actividades de dinamização, com monitores do Museu, no Programa do Dia da Criança, em Beja.

No âmbito do Projecto de Reabilitação do Monte dos Pássaros realizou-se reunião para a preparação dos procedimentos concursais da obra de Reabilitação do Monte. Com vista à discussão e apresentação do projecto e preparação de licenciamento do mesmo decorreu igualmente reunião entre a EDIA, projectista e Câmara Municipal de Mourão. Foi ainda solicitado ao projectista a reformulação do projecto.



Centro de Cartografia

Procurando acompanhar as mais modernas tecnologias de evolução da Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastral teve seguimento, de acordo com as necessidades internas da EDIA, a execução de ortofotomapas e altimetria vectorial, à escala 1:10.000, para a área de influência do EFMA. Continuou o projecto de execução para a colocação de marcos de propriedade de modo a delimitar a área expropriada nas Albufeiras de Pedrógão, Loureiro, Álamos I, II, III e Pisão, Adutor Álamos - Loureiro e Bloco de Rega da Infra-estrutura 12. Concluiu-se a piquetagem dos limites de expropriação e indemnização e servidão do Bloco de Rega de Alfundão. Neste período teve ainda lugar o acompanhamento da prestação de serviços para a Certificação de Qualidade, segundo a Norma ISSO 9001:2008, que se encontra em fase final, e prosseguiu a prestação de serviços externa para a produção de uma Carta de Ocupação/Usos do Solo de Portugal Continental, tendo sido elaborada a primeira entrega.

Sistemas de Informação Geográfica

Durante o semestre tiveram continuidade actividades relativas ao desenvolvimento do Sistema para Apoio à Gestão do Património. Prevê-se ainda desenvolver a integração com o site da EDIA para anúncios de oportunidades de arrendamento e aquisição de imóveis da empresa. Procedeu-se, por outro lado, ao desenvolvimento, finalização e utilização, pela primeira vez no certame OviBeja, de um visualizador de informação geográfica sensível ao toque. Está prevista a expansão da utilização deste equipamento a outras feiras e ao site da EDIA. Em termos de cartografia temática da evolução do EFMA, e com evidência para as vertentes de engenharia e obra, património cultural e questões ambientais foi ainda elaborada, neste período, uma colecção de cartas ilustrativas da evolução da construção das infra-estruturas do Empreendimento.

1.2.7 Estrutura de Suporte

Recursos Humanos

No 1.º semestre de 2009 decorreu o processo de Avaliação de Desempenho de 2008. Por outro lado, e por força da calendarização prevista para o EFMA, com a antecipação dos investimentos de 2025 para 2013, verificou-se um aumento dos Recursos Humanos da empresa, tendo o quadro de pessoal passado a integrar mais oitenta (80) colaboradores. Este ajustamento teve como principal objectivo dotar a EDIA de uma estrutura de Recursos Humanos que possa garantir os “*timings*” definidos pelo Accionista. Note-se que estes quadros já colaboravam com a EDIA a título de prestação de serviços.



Na sequência do processo iniciado no 1.º Trimestre, foi também efectuada a fixação dos Objectivos para 2009 por parte de todos os sectores da EDIA, como parte integrante do Processo de Avaliação de Desempenho de 2009.

No final do 1.º semestre a empresa contava com um total de 193 colaboradores (entre efectivos e contratados a termo certo), distribuídos pelas diferentes categorias profissionais.

Comunicação e Sistemas de Informação

De entre as actividades mais relevantes desenvolvidas no 1.º semestre evidencia-se a implementação do Projecto de Inventariação da Documentação de Arquivo (gestão documental) utilizando a ferramenta MS Sharepoint 2007. Decorreu igualmente a implementação do software de gestão documental, com melhorias ao nível SAP nos módulos FI e MM, bem como a finalização da adaptação do SAP aos requisitos legais resultantes da obrigatoriedade da norma IAS e consolidação das diversas empresas do GRUPO.

No seguimento da aprovação do novo Código de Contratos Públicos foi necessário implementar uma aplicação informática que permitisse levar a cabo o controlo do limite estabelecido para os Ajuste Directos, tanto para as Prestações de Serviços como para as Empreitadas. Adjudicou-se ainda uma plataforma com vista ao lançamento dos concursos públicos por via electrónica. A referida aplicação é certificada por base.gov.pt, permitindo a desmaterialização do processo associado.

Documentação, Desenvolvimento e Marketing

Das actividades levadas a cabo no 1.º semestre evidenciam-se as seguintes:

- Programação de acções, no âmbito do protocolo assinado com o IAPMEI;
- Reuniões com o DEFP tendo em vista a apresentação pública da publicação do *“Estudo sobre o Impacto do Projecto de Fins Múltiplos do Alqueva na Configuração dos Recursos Humanos”*;
- Participação no processo de revisão do PDM de Beja;
- Promoção, em parceria com o AICEP, de visitas empresariais com grupos económicos, tendo em vista a captação de investimento para a área de influência do EFMA;
- Acompanhamento das actividades da Gestalqueva, nomeadamente, no que se refere à instalação e transferência de Cais na Albufeira de Alqueva e no posto de acolhimento;



- Adjudicação de um trabalho de constituição de uma Plataforma de Competitividade e Inovação, que irá envolver várias áreas da empresa, decorrente da Estratégia do Turismo aprovada para o Espaço Alqueva e da aprovação do protocolo entre a EDIA, a rede de Turismo de Aldeia e o Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo, que pretende fomentar, no *"Espaço Alqueva"*, um destino de Turismo Sustentável;
- Realização pela EDIA, Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo e TGLA, a 20 de Maio, no auditório do Fórum Cultural Transfronteiriço de Alandroal, do Seminário "Agenda para a Sustentabilidade nas Terras do Grande Lago Alqueva". Tendo em consideração que a publicação da comunicação final da Comissão Europeia COM (2007) 621 *"Agenda para a Sustentabilidade e Competitividade do Turismo Europeu"*, colocou à disposição dos respectivos destinos uma importante ferramenta de planeamento e desenvolvimento, as três organizações co-organizadoras do evento associaram-se para implementar a Agenda na área de intervenção da Turismo Terras do Grande Lago Alqueva – Alentejo, contando este projecto com o acompanhamento do TSG e da Unidade de Turismo da Direcção-Geral Empresa e Indústria da Comissão Europeia;
- Realização, a 28 de Maio, do primeiro *"Dia Aberto de Alqueva e do Aeroporto de Beja"*, encontro promovido pela EDIA e EDAB, em colaboração com a ACOS, NERBE, Associação Comercial do Distrito de Beja, IAPMEI e Municípios da área de intervenção do EFMA, com o objectivo de dar a conhecer ao tecido empresarial e autarcas da área de intervenção do EFMA, o estado de desenvolvimento destes projectos.

Divulgação e Promoção

No 1.º semestre continuou a efectuar-se a recepção personalizada, com explicação multimédia do EFMA e visionamento das obras e/ou Central Hidroelétrica de Alqueva, a diversos grupos de visitantes, num total de cerca de 3.463 pessoas. Destaque-se ainda, neste período, a recepção em Alqueva do grupo de Deputados dos Parlamentos dos vários países da União Europeia no âmbito do projecto Eureka.

Quanto a realizações de relevo indica-se, para além das comemorações do Dia Mundial da Água, a 22 de Março, a apresentação do filme "A História da Gotinha Ai Ai", a 23 de Março, em Alqueva, com presença do Exmo. Sr. Director Regional de Educação do Alentejo.

Procedeu-se, por outro lado, à concepção do Stand da EDIA para a Ovibeja, o qual serviu de base para desdobramentos posteriores e o acolhimento, como medida de formação, de 15 estagiários da Escola Superior de Educação de Beja no referido Stand, a apresentação do Projecto de Alqueva na Casa do Alentejo em Albufeira e a colaboração no âmbito da iniciativa "Dia Aberto", dedicado a Alqueva e ao Aeroporto de Beja. Para além do lançamento dos procedimentos para o fornecimento e montagem do stand da EDIA nos vários certames



agendados para 2009, decorreu igualmente o processo para a concepção e fornecimento do Stand Internacional da EDIA, no âmbito da participação na Feira Internacional de Luanda, Angola.

Referência ainda, neste período, para a produção de conteúdos com vista à apresentação da EDIA e do projecto Alqueva no pavilhão de Portugal no Fórum Mundial da Água, com cedência de imagens à organização, e para a conclusão do vídeo de balanço da actividade da empresa durante o ano de 2008 – “Alqueva, uma aposta ganha”.

1.3. Actividades Desenvolvidas pela GESTALQUEVA

O ano de 2009 marcou o começo de uma nova fase na gestão da Gestalqueva. Com este novo ciclo, iniciado no princípio do ano, a gestão da Gestalqueva é agora centrada na obtenção de receitas, a partir de prestações de serviços prestadas aos associados, à Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva e a terceiros. Este factor, principal condição na construção do plano de actividades para o ano 2009 será, de futuro, o principal pilar de sustentabilidade financeira da empresa. As receitas obtidas neste semestre triplicaram face ao período homólogo.

Com este enquadramento, o 1.º semestre do ano 2009 deverá servir de referência para a avaliação da nova realidade, quer no que respeita a novos projectos e acções, quer do seu enquadramento em relação às novas entidades que actuam na zona com objectivos semelhantes.

Neste contexto desenvolveram-se actividades no âmbito de prestações de serviços com os associados, especialmente na implementação do plano de acção 2007-2013. Decorre assim, neste sentido, uma estreita articulação entre a Gestalqueva, a Associação Transfronteiriça e o Pólo de Turismo Terras do Grande Lago Alqueva – Alentejo, com vista à implementação das acções mais relevantes para o desenvolvimento da zona e para a adequada utilização dos meios disponíveis nos programas comunitários.

A articulação com a Associação Transfronteiriça incide nas prestações de serviços visando o apoio técnico na implementação dos projectos previstos no PEGLA, especialmente, ao nível dos espaços recreativos para a utilização do plano de água, na dinamização do património, na aquisição de equipamentos de protecção civil para os Municípios e na promoção e comercialização de produtos da região.

Por outro lado, a Gestalqueva encontra-se também a aprofundar a sua relação contratual com os seus associados no sentido de criar condições técnicas para a preparação e gestão de projectos a fundos comunitários. Existe um modelo a prosseguir com os Municípios e as Associações de Municípios idêntico ao instituído com a EDIA, ou seja, os serviços prestados são objecto de um contrato de prestações de serviços em concreto.

Durante o 1.º semestre de 2009 as prestações de serviços realizadas com a EDIA assumiram proporcionalmente uma nova perspectiva de receitas através, nomeadamente, da gestão e funcionamento do CIAL, dos serviços técnicos e da fiscalização da construção dos cais da Amieira, Monsaraz e Estrela, da limpeza e conservação da barragem, da transferência do curso de formação de manutenção e reparação naval para Moura e dos Testes de Segurança efectuados nos cais construídos.



No âmbito da relação com a EDIA, foi ainda concedida uma indemnização à Gestalqueva, pelo encerramento do espaço comercial Mira Lagos, sendo que uma parte da importância em causa foi atribuída à Gestalqueva e o restante a terceiros que mantinham uma relação de locatários com a Gestalqueva nesses espaços comerciais.

A Gestalqueva obteve ainda, neste período, receitas próprias pelo aluguer dos espaços na marina situada no núcleo da barragem destinados a estacionamento de embarcações de recreio.

No que se refere à despesa, a verba afecta ao funcionamento foi a que assumiu maior relevo, nomeadamente, nas despesas com pessoal, bem como no consumo de alguns bens, equipamentos e consumíveis.

1.3.1. Da relação com a Gescruzeiros

No acordo parasocial estabelecido, a Gestalqueva ficou inibida de exercer a actividade marítimo-turística, pelo que foi definida a alienação das embarcações (Degebe e Alcarrache), tendo ficado acordado o pagamento em prestações mensais no ano de 2009, que ainda não foram cumpridas devido à diminuição da actividade marítimo ou turística. Esta situação deverá reflectir-se no próximo trimestre com alguns pagamentos conforme o acordo em vigor.

1.4 Actividades Desenvolvidas pela GESCRUZEIROS

No ano de 2009 a Gescruzeiros S.A. assumiu como objectivo atingir os 40.000 passageiros, mantendo a aposta na estabilização dos seus horários e passeios e a captação de grupos para passeios durante os dias de semana.

A estabilização dos horários e passeios do barco “Cruzeiro Guadiana” permitiu a captação de grupos para passeios semanais. Importante para a contratação destes grupos foi a presença, em Janeiro, na BTL, na FITUR e FEHISPOR e os contactos estabelecidos com Agências de Viagens da raia. A realização de passeios durante a semana veio permitir a optimização de recursos perante os meios disponíveis, com especial incidência nos recursos humanos.

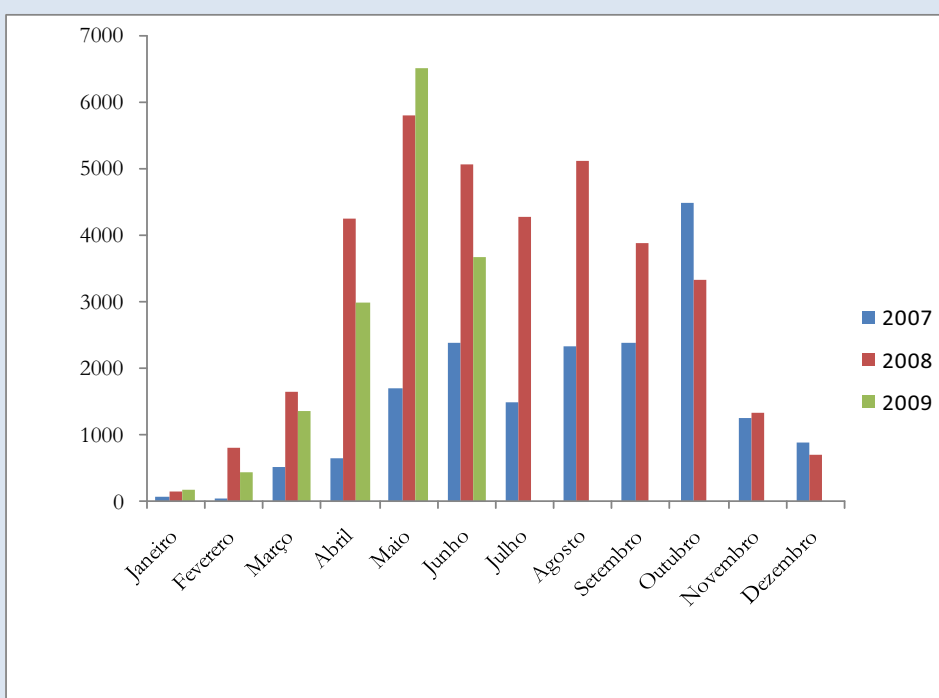
Neste período manteve-se a estratégia delineada em 2008, de divisão de meios, para os barcos de cruzeiro “Alcarrache” e “Degebe”, com vista a uma maior captação de passageiros eventuais, desviando os grupos para o barco de cruzeiro Guadiana. Nesse sentido manteve-se a separação das duas embarcações, deslocando-se a embarcação Degebe para Monsaraz, para efectuar passeios em Monsaraz e até à Luz e Mourão, e a embarcação Alcarrache para a Amieira Marina, para efectuar passeios na Amieira Marina e até à Barragem e Estrela.

Para além da divisão dos barcos, a Gescruzeiros continuou, em conjunto com a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, a dignificação do ancoradouro de Monsaraz, com a construção de uma escada e de um espaço de



lazer com recurso a materiais amovíveis e a plantação de árvores de diversos tipos. Aguarda-se a proibição da venda ambulante na zona para terminar os arranjos paisagísticos e ordenamento do espaço. De salientar que a operação em Monsaraz esteve interrompida por mais de um mês, fruto de alterações do cais.

Até ao final do 1.º semestre a Gescruzeiros transportou 15.198 passageiros, no entanto, verificou-se um decréscimo de 2.616 passageiros transportados face a igual período de 2008, tendo-se apenas ultrapassado significativamente no mês de Maio o número de passageiros transportados mensalmente.



Neste contexto refira-se que as bases de partida mais importantes são as da Amieira Marina e Monsaraz, sendo também de referir a base de Cheles, para onde o Barco "Guadiana" navega um dia por mês. Saliente-se que a abertura do cais do Campinho possibilitou também fraccionar o passeio do barco "Guadiana" nos percursos de Amieira Marina – Monsaraz/Monsaraz – Amieira Marina, facto que permitiu duplicar, nalguns casos, o número de passageiros anteriormente transportados nesse trajecto.

Para além da intervenção no transporte de passageiros a Gescruzeiros aliou-se a outras entidades, encontrando-se em vias de, com as mesmas, criar pacotes conjuntos caso, por exemplo, dos pacotes "Então Vá! À Procura do Alentejo", ou o "Passeio mais Refeição", "Pacote Grande Lago Alqueva", entre outros.

A Gescruzeiros está ainda a desenvolver contactos com entidades locais e empresas da raia espanhola com o intuito de aumentar a frequência dos passeios de barco para as Aldeias Ribeirinhas Espanholas.



1.4.1 Desenvolvimento da Componente Ambiental e Social

A Gescruzeiros dotou a embarcação “Guadiana” de um sistema de colectores solares com vista à produção de energia para as arcas de congelação da embarcação e tem desenvolvido políticas de protecção ambiental. Colaborou ainda com a ANPC no desenvolvimento do PPI para a barragem do Alqueva e disponibilizou meios para o simulacro de acidente realizado junto ao paredão e para o teste de carga dos novos cais.

1.5 Breve Descrição do Balanço e Demonstração de Resultados

ACTIVO

Valores em milhares de euros

Rubricas	30-Jun-09	31-Dez-08
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	1.301.783	1.247.171
Activos intangíveis	196.011	194.624
Participações financeiras	376	376
	1.498.170	1.442.171
Activo corrente		
Inventários	221.661	153.290
Estado e outros entes públicos	2.755	1.954
Outras contas a receber	84.875	83.727
Caixa e depósitos bancários	50.442	16.005
Outros	3.456	1.847
	363.190	256.823
	1.861.360	1.698.994

- Durante o 1.º semestre de 2009 verificou-se um aumento dos Activos não Correntes em cerca de M€ 56, que reflecte os investimentos no EFMA traduzidos na rubrica Activos Fixos Tangíveis, dos quais se destacam os investimentos da Rede Primária de Rega e
- Relativamente aos Activos Correntes a sua variação positiva no mesmo período é justificada, essencialmente nas rubricas Inventários pelo investimento relativo à Rede Secundária de Rega no montante de M€ 68 e Caixa e Depósitos Bancários pelo montante de M€ 34.



PASSIVO

Valores em milhares de euros

Rubricas	30-Jun-09	31-Dez-08
Total do capital próprio do grupo	387.054	290.528
Interesses minoritários	141	162
Total do capital próprio	387.195	290.690
Passivo não corrente	1.333.394	1.237.294
Empréstimos obtidos	504.904	539.343
Proveitos diferidos - Subsídios do Estado	637.560	501.104
Outros	190.931	196.847
Passivo corrente	140.771	171.010
Empréstimos obtidos	91.572	91.351
Outras contas a pagar	31.133	62.408
Outros	18.066	17.251
Total do passivo	1.474.165	1.408.304
Total do capital próprio e do passivo	1.861.360	1.698.994

- Durante o 1º semestre de 2009 verificou-se um aumento dos Capitais Próprios em resultado do aumento do Capital Social, em 30 de Março de 2009, no montante de M€95,76.
- Neste período verificou-se um aumento dos Passivos em cerca de M€ 66 (5%), justificados, essencialmente:
 - Verificou-se uma diminuição dos Passivos não correntes, justificado essencialmente, pela reclassificação para Passivo corrente de 1/3 do empréstimo obrigacionista contratado em 2008, correspondente à prestação de 2010: M€ 31,17.
 - No período verificou-se um aumento significativo dos “Proveitos diferidos - Subsídios do Estado” evidenciados no Passivo não Corrente, no montante de M€ 136, que resultou essencialmente dos recebimentos de financiamentos aprovados no âmbito do Programa AGRO e do PEDIZA II;



- A rubrica de Outras Contas a Pagar teve uma diminuição de M€31,3 (-50,1%), que diz respeito, essencialmente, à regularização de saldos de Fornecedores de imobilizado face ao aumento significativo de liquidez, gerado pelo aumento de Capital Social e recebimento de Fundos Comunitários e PIDDAC.

INDICADORES FINANCEIROS

Valores em milhares de euros

Indicadores Financeiros	30-Jun-09	30-Jun-08
Volume de Negócios	7.118	7.080
Resultados Operacionais	2.705	1.570
EBITDA	7.460	6.830
Resultados Financeiros	-1.960	-3.277
Resultados Líquidos	745	-1.707
Meios Libertos Líquidos	5.500	3.553
Investimento Operacional	60.754	66.019

No 1.º semestre de 2009 o Grupo EDIA teve um resultado líquido positivo de cerca de M€ 0,745 mais M€ 2,452 relativo ao período homólogo, e os Meios Libertos Líquidos apresentaram uma variação positiva de M€ 1.947.

Os Resultados financeiros negativos apresentaram uma melhoria face ao período homólogo devido à descida das taxas de juros dos empréstimos obtidos.

O Grupo EDIA apresenta um investimento operacional de M€ 60.754 como resultado das políticas estratégicas adoptadas que têm como objectivo a antecipação da implementação dos projectos do EFMA.



2. Demonstrações Financeiras Consolidadas a 30 de Junho de 2009



2.1 Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Valores em milhares euros

RUBRICAS	Notas	30-Jun-09	31-Dez-08
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1.301.783	1.247.171
Activos intangíveis	5	196.011	194.624
Participações financeiras	6	376	376
		1.498.170	1.442.171
Activo corrente			
Inventários	7	221.661	153.290
Clientes		367	577
A diantamentos a fornecedores		2.779	1.072
Estado e outros entes públicos	8	2.755	1.954
Outras contas a receber	9	84.875	83.727
Diferimentos		311	198
Caixa e depósitos bancários	10	50.442	16.005
		363.190	256.823
Total do activo		1.861.360	1.698.994
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		387.192	291.432
Outras reservas		9.312	9.312
Resultados transitados		(10.215)	(10.534)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe		766	318
Total do capital próprio do grupo	11	387.054	290.528
Interesses minoritários	12	141	162
Total do capital próprio		387.195	290.690
Passivo não corrente			
Provisões	13	19.379	18.413
Empréstimos obtidos	14	504.904	539.343
Proveitos diferidos - Subsídios do Estado	16	637.560	501.104
Outros proveitos diferidos	16	171.551	178.434
		1.333.394	1.237.294
Passivo corrente			
Fornecedores	17	510	551
A diantamento de Clientes		4	-
Estado e outros entes públicos	8	373	222
Empréstimos obtidos	14	91.572	91.351
Outras contas a pagar	15	31.133	62.408
Proveitos diferidos - Subsídios do Estado	16	3.327	2.658
Outros proveitos diferidos	16	13.853	13.820
		140.771	171.010
Total do passivo		1.474.165	1.408.304
Total do capital próprio e do passivo		1.861.360	1.698.994



2.2 Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Valores em milhares euros

RUBRICAS	Notas	30-Jun-09	30-Jun-08
Proveitos Operacionais			
Vendas	18	15	67
Prestações de serviços	18	7.103	7.013
Subsídios à exploração		27	3
Trabalhos para a própria entidade	19	2.024	1.963
Outros rendimentos e ganhos	20	1.693	1.601
Total de proveitos operacionais		10.862	10.647
Custos Operacionais			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(22)	(23)
Variação da produção	21	68.357	-
Fornecimentos e serviços externos	22	(68.136)	(1.406)
Gastos com o pessoal	23	(3.558)	(2.258)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(4.755)	(5.260)
Outros gastos e perdas		(43)	(130)
Total de custos operacionais		(8.157)	(9.077)
Resultado operacional		2.705	1.570
Juros e rendimentos similares obtidos	25	81	243
Juros e gastos similares suportados	25	(2.041)	(3.520)
Resultado antes de impostos		745	(1.707)
Imposto sobre o rendimento do período	26		
Resultado líquido do período		745	(1.707)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		766	(1.690)
Interesses minoritários	12	(22)	(17)
Resultado líquido por acção:			
Básico (em euros)		0,010	(0,029)
Diluído (em euros)		0,010	(0,029)

Beja, 27 de Agosto de 2009

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração



2.3 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Valores em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses Minoritários	TOTAL
Posição no fim do período 31-Dez-2008	291.432	9.312	(10.534)	318	290.528	162	290.690
Alterações no período							
Aumentos / reduções de capital	95.760	-	-	-	95.760	-	95.760
Movimentos de consolidação	-	-	-	22	22	-	22
Outras transferências	-	-	319	(319)	-	-	-
Total dos ajustamentos no Capital Próprio	95.760	-	319	(297)	95.782	-	95.782
Resultado líquido do período	-	-	-	766	766	-	766
Interesses minoritários	-	-	-	(22)	(22)	(22)	(43)
Posição no fim do período 30-Junho-2009	387.192	9.312	(10.215)	766	387.054	141	387.195



2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em milhares euros

RUBRICAS	Notas	30-Jun-09	30-Jun-08
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		214	656
Pagamentos a fornecedores		-68.036	-1.593
Pagamentos ao pessoal		-2.209	-874
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-70.031	-1.811
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento		-26	-15
Outros recebimentos / pagamentos relativos à act. operacional		1.168	-5.995
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais</i>		-68.889	-7.821
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		138.807	23.954
Juros e proveitos similares		195	0
.....		139.002	23.954
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-86.096	-76.243
Activos fixos intangíveis		0	0
.....		-86.096	-76.243
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>		52.906	-52.289
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		95.760	0
Financiamentos obtidos		100.020	93.544
.....		195.780	93.544
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-134.405	0
Contratos de locação financeira		0	-46
Juros e custos similares		-10.954	-3.515
.....		-145.359	-3.561
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>		50.421	89.983
Variações de caixa e seus equivalentes		34.438	29.873
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	16.005	17.112
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	50.442	46.985



2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

1 - Apresentação

A EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., com sede na Rua Zeca Afonso n.º2 7800-522 Beja (adiante “EDIA” ou “Empresa”), e empresas participadas (“GRUPO”), têm as actividades principais relacionadas com o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), designadamente na concepção, execução e construção das infra-estruturas e a promoção, desenvolvimento e prossecução de outras actividades económicas que contribuam para a melhoria das condições de utilização dos recursos afectos ao empreendimento.

Estas notas reportam-se ao período de 01/01/2009 a 30/06/2009, comparando os resultados quando oportuno com os do período homólogo sendo conjuntamente com as demonstrações financeiras de igual período a informação financeira consolidada do GRUPO.

Os montantes são apresentados nestas notas em milhares de Euro com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido o contrário.

2 - Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos

2a – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas do GRUPO são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de modo a que estejam consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE). A EDIA está obrigada a apresentar as contas segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, por ser uma sociedade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, sendo desta forma dado cumprimento à generalidade das políticas contabilísticas, tendo ainda em consideração as opções definidas pela EDIA.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas referem-se ao semestre findo em 30 de Junho de 2009, sendo esta informação consolidada intercalar preparada de acordo com as IAS/IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato intercalar, nomeadamente a "IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar", na versão alterada pelas normas IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" (revisão de 2007) e IFRS 8 - "Segmentos Operacionais"

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais do exercício de 2008. No que respeita à consistência das políticas contabilísticas adoptadas neste semestre face às do período homólogo de 2008, há a salientar que em anos



anteriores a EDIA registava os investimentos na rede secundária de rega nos Activos Fixos Tangíveis (em Curso) e só procedia à sua transferência para Inventários (e subsequentemente para Outras Contas a Receber, na parte respeitante à Infra-estrutura 12 - vide nota 9) no final do exercício. No presente exercício de 2009, essa transferência foi efectuada no âmbito da preparação das demonstrações financeiras reportadas a 30 de Junho de 2009, o que, ao nível da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, afecta significativamente a comparabilidade dos saldos nas rubricas de "Variação da Produção" e de "Fornecimentos e Serviços Externos", não afectando no entanto o Resultado Líquido do Período.

2b – Princípios de Consolidação

As presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do GRUPO são apresentadas como as de uma única entidade económica.

As Demonstrações Financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do GRUPO e de todas as suas subsidiárias e os resultados e variações em outras rubricas dos capitais próprios referentes às participações financeiras em empresas associadas atribuíveis ao GRUPO.

As presentes Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas usando políticas contabilísticas uniformes para as transacções e para os outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes.

As Demonstrações Financeiras do GRUPO, das suas subsidiárias e das suas associadas, usadas na preparação das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas, foram preparadas a partir das mesmas datas de relato.

(i) Concentrações de actividades empresariais

As presentes Demonstrações Financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de actividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

(ii) Subsidiárias

Foram consideradas subsidiárias todas as entidades controladas pelo GRUPO, considerando-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a Entidade - mãe do GRUPO é proprietária, directa ou indirectamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades incluídas na consolidação pelo método integral, que incluem a Empresa - Mãe e todas as entidades que se qualificam como Subsidiárias, são as seguintes:



Firma	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido 1.º SEMESTRE 2009	% do capital detido 2008
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA	Beja	Estado Português	100,00%	100,00%
GESTALQUEVA – Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, SA	Beja	EDIA, SA	51,00%	51,00%
GESCRUZEIROS – Sociedade para o Aproveitamento da Actividade Marítimo-Turística no Grande Lago Alqueva, SA	Portel	Gestalqueva, SA	51,00%	51,00%

As Demonstrações Financeiras da Entidade - mãe do GRUPO e das suas subsidiárias foram combinadas linha a linha, adicionando itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimento e gastos. As quantias escrituradas dos investimentos da Entidade - mãe do GRUPO em cada subsidiária e a respectiva parte no capital próprio de cada subsidiária foram eliminadas e foram identificados os interesses minoritários nos resultados das subsidiárias. Os interesses minoritários nos activos líquidos das subsidiárias consolidadas são identificados separadamente do capital próprio. Os saldos, transacções, rendimentos e gastos intra-grupo foram eliminados por inteiro.

Os excessos de perdas aplicáveis às partes minoritárias sobre os respectivos interesses são imputados, sempre que aplicável, ao interesse maioritário. Se estas subsidiárias subsequentemente relatarem lucros, esses lucros são imputados ao interesse maioritário até que as partes minoritárias das perdas, previamente absorvidas pela maioria, tenham sido recuperadas.

(iii) Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o GRUPO tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Presume-se que existe influência significativa quando a EDIA detém, directa ou indirectamente, 20% ou mais do poder de voto da investida. Nesse sentido, e tendo em consideração que não existe qualquer entidade (para além das subsidiárias que integram a consolidação pelo Método Integral) em que a EDIA detenha, directa ou indirectamente, 20% ou mais do respectivo poder de voto, não existe qualquer entidade que se qualifique como associada.



(iv) Entidades Conjuntamente controladas

São consideradas entidades conjuntamente controladas, os empreendimentos conjuntos que envolvem o estabelecimento de sociedades, de parcerias ou de outras entidades. Empreendimentos conjuntos são acordos contratuais com parceiros, relativos ao desenvolvimento de uma actividade económica sujeita a controlo conjunto. Por sua vez, controlo conjunto consiste na partilha de controlo acordada em contrato para uma actividade económica e considera-se existir apenas quando as decisões estratégicas financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime dos empreendedores.

De acordo com a definição acima apresentada, não existe actualmente, no GRUPO, qualquer empreendimento conjunto ou entidade conjuntamente controlada.

2c – Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As Demonstrações Financeiras do GRUPO são preparadas em euros, que é a moeda funcional.

2d – Activos Fixos Tangíveis

Activos fixos tangíveis são itens tangíveis que:

- (i) Sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e
- (ii) Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

Os activos tangíveis do GRUPO encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Posteriormente à data de transição, no reconhecimento inicial de um activo, o GRUPO considera no respectivo custo:

- (i) O seu preço de compra;
- (ii) Quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e
- (iii) A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.



Os custos directos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de activos do GRUPO são capitalizados no activo tangível. Esta capitalização é efectuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos dispendidos, por contrapartida de Trabalhos para a Própria Empresa.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o GRUPO. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos activos são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio do acréscimo.

Política de amortização – Bens afectos à Concessão

Os bens do activo fixo tangível do GRUPO encontram-se, na sua maioria, afectos à concessão estabelecida no Contrato de Concessão do EFMA que entrou em vigor em 1 de Novembro de 2007, revertendo para o Estado no final do período da concessão (75 anos). Os bens que, estando afectos à concessão, entraram em funcionamento até 1 de Novembro de 2007, foram amortizados com base em critérios diferentes até 31 de Outubro de 2007 e a partir de 1 de Novembro 2007, uma vez que o referido Contrato de Concessão alterou de forma significativa a forma esperada de utilização desses bens:

(i) Amortização dos bens afectos à Concessão – Até 31 de Outubro de 2007

O método de reintegração da generalidade dos bens afectos à Concessão que entraram em funcionamento até 31 de Outubro de 2007, nomeadamente as Centrais Hidroeléctricas do Alqueva e de Pedrógão e respectivas Barragens, que entraram em funcionamento em 2005 (Alqueva) e 2006 (Pedrógão), não foi, até à referida data de 31 de Outubro, o método das quotas constantes e sim um método mais ajustado à realidade económica e de exploração da EDIA.

De facto, os custos com as amortizações das Centrais Hidroeléctricas do Alqueva e de Pedrógão (incluindo a parte das Barragens afectas à produção de energia, que se encontra estimada em 35,1% do investimento total das Barragens) foram calculados, até 31 de Outubro de 2007, com base numa taxa de amortização variável em função do rácio entre a quantidade real de energia produzida e o nível de produção esperado durante o prazo de vida útil destes investimentos (60 anos). Desta forma, a amortização dos investimentos era reconhecida por todo o ciclo de vida do próprio investimento, de modo proporcional aos proveitos planeados ou aos volumes de utilização da água e produção de energia, ou seja, seria mais significativa quando se esperassem maiores proveitos ou níveis de produção e menores quando os proveitos ou níveis de produção fossem reduzidos.

A percentagem de 35,1% acima referida corresponde à relação entre a valia eléctrica líquida e os custos totais de investimento. Aplicava-se esta taxa por simplificação ao cálculo do custo de oportunidade da construção de uma Barragem apenas para a exploração hidroeléctrica.

As vidas úteis máximas dos equipamentos integrados das duas Centrais, consideradas para efeitos de definição da taxa de amortização, variavam entre os 16 e os 40 anos. Para os terrenos submersos e outras infra-



estruturas de vida útil estimada superior a 60 anos, estabeleceu-se este período como sendo o seu período de vida médio.

Este método de amortização (i.e., com base numa taxa de amortização variável), mais ajustado à realidade económica e de exploração da EDIA (muito dependente dos níveis de pluviosidade e aflúncias de água), não se encontra previsto no Decreto - Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro, pelo que a Empresa apresentou, nos termos do nº 3 do artigo 4º desse diploma, um requerimento à Direcção-Geral de Contribuições e Impostos para a adopção deste modelo de reintegrações.

(ii) Amortização dos bens afectos à Concessão – A partir de 1 de Novembro de 2007

Em 1 de Novembro de 2007, entraram em vigor:

- O “Contrato de Concessão relativo à Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Destinada a Rega e à Produção de Energia Eléctrica no Sistema Primário do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva”, celebrado em 17 de Outubro de 2007 entre a EDIA e o Estado; e
- O “Contrato de Exploração das Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e de Pedrógão e de Subconcessão do Domínio Público Hídrico”, celebrado a 24 de Outubro de 2007 entre a EDIA e a EDP – Gestão da Produção de Energia, SA, que atribui a esta última a exploração, pelo período de 35 anos, das Centrais Hidroeléctricas de Alqueva (260 MW), em regime de mercado, e de Pedrógão (10MW), em regime especial, assim como todos os direitos de utilização privativa do respectivo domínio hídrico.

Estes dois contratos alteraram decisivamente o modelo por que se espera que os futuros benefícios económicos dos bens afectos à concessão (e nomeadamente os afectos à produção de energia eléctrica, que já estão a ser amortizados) serão obtidos pela EDIA, o que motivou a revisão do modelo de amortizações adoptado, nos termos definidos na IAS 16.

Assim, a partir de 1 de Novembro de 2007, os bens afectos à concessão e que integram o Activo Fixo Tangível da EDIA, revertendo para o Estado no final do período da concessão (75 anos), passaram a ser amortizados, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de concessão, com excepção dos bens que têm um período de vida útil inferior aos referidos 75 anos, os quais estão a ser amortizados, pelo método das quotas constantes, ao longo do seu período de vida útil específico. Os períodos de amortização considerados são os seguintes:



	Vida Útil
Barragens de Alqueva e Pedrógão	75 anos
Centrais de Alqueva e Pedrógão	75 anos
Rede Primária de Rega	Desde a entrada em exploração até ao término do Contrato de Concessão do Domínio Público Hídrico
Distribuição de Água do Perímetro de Rega do Monte Novo	73 anos
Equipamentos	16/20/32/40 anos

Com a entrada em exploração do Perímetro de Rega do Monte Novo no 1.º semestre de 2009 procedeu-se à passagem para imobilizado definitivo dos investimentos realizados com a implementação das infra-estruturas da rede primária a montante, que são a Estação Elevatória dos Álamos, as Barragens dos Álamos, a Ligação Álamos-Loureiro, a Barragem do Loureiro e a Ligação Loureiro-Monte Novo.

O investimento destas infra-estruturas ascende a m€ 145.152 e o cálculo das amortizações foi efectuado com base no contrato de concessão do domínio público hídrico assinado entre a EDIA e o INAG, no período de vida útil dos imobilizados (73 anos) e ponderando os hectares em exploração (7.714 ha) relativamente ao total dos hectares que se prevê que cada uma das mencionadas infra-estruturas vai servir.

Política de amortização – Restantes bens

Os bens não afectos à Concessão continuam a ser amortizados, de forma consistente ao longo dos anos, de acordo com o método da linha recta (método das quotas constantes).

Imparidade

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36, exige que o seu valor recuperável seja estimado, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. O GRUPO reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do activo fixo tangível é desreconhecida pelo GRUPO nas seguintes situações:



- (i) No momento da alienação; e
- (ii) Quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do activo fixo tangível:

- (i) É incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e
- (ii) É determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item.

2e – Activos Fixos Intangíveis

Um activo fixo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física. Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se:

- (i) For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para o GRUPO; e
- (ii) O custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis do GRUPO encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O GRUPO calcula as amortizações dos seus activos intangíveis de acordo com o método de linha recta, isto é, de acordo com os períodos de vida útil esperados dos bens.

O valor mais significativo inscrito na rubrica de “Activos intangíveis” reflecte o dispêndio de 195.000 milhares de euros de compensação financeira inicial, resultante do Contrato de Concessão da Utilização do Domínio Público Hídrico afecto ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, de 17 de Outubro de 2007, celebrado entre a EDIA e o Estado, com a duração de 75 anos. Este Contrato concretiza os termos e condições a que obedecerá a relação concedente - concessionária, precisando o conteúdo da missão associada à exploração do Empreendimento e definindo as regras para o exercício dos referidos direitos de utilização privativa do domínio público hídrico.

Em 2007 o valor registado na rubrica “Imobilizações Incorpóreas - Propriedade Industrial e Outros Direitos”, foi alvo de amortização referente a 2 meses do ano a que corresponderam € 433.333,33.

Estando esta verba mais directamente relacionada com a actividade de distribuição de água e não com a actividade de produção de energia eléctrica subconcessionada à EDP, e considerando que a entrada em exploração de alguns perímetros de rega (Blocos 1,2,3 e 4 de rega do Monte - Novo, Bloco do Pisão e Bloco de Cuba Este, Cuba Oeste e Vidigueira, do perímetro de rega do Alvito - Pisão), não se verificou (não originando assim, quaisquer retiradas de água com origem em Alqueva e, conseqüentemente, quaisquer receitas), este montante não foi, em 2008, alvo de amortizações.

No 1.º semestre de 2009 entrou em exploração a distribuição de água do Perímetro de Rega do Monte Novo (7.714 ha de área equipada). Com a entrada em exploração deste perímetro iniciou-se a amortização dos investimentos que lhes estão associados. A parcela da compensação financeira inicial relativa a este Perímetro



de rega (7%), será amortizada num prazo de 73 anos, que corresponde ao período que falta até ao termo do Contrato de Concessão. A percentagem de afectação deste montante a este perímetro foi calculada de forma proporcional da sua área (7.714 ha) com a área total equipada do EFMA (110.794 ha), arredondando-se a zero casas decimais.

Os custos directamente relacionados com desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros pelo GRUPO para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Para determinar se um activo intangível está com imparidade, o GRUPO aplica a IAS 36.

Os activos intangíveis do GRUPO são desreconhecidos nas seguintes situações:

- (i) Quando de eventuais alienações; e
- (ii) Quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do activo fixo intangível:

- (i) É incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e
- (ii) É determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item.

2f - Outros Activos Financeiros

Reconhecimento, mensuração e desreconhecimento

- Os activos financeiros são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objectivo para o qual esse activo foi adquirido:
- Activos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são activos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo GRUPO com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o GRUPO tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes activos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efectivo.



- Empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado activo. Estes activos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efectivo.
- Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas directamente no capital próprio, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos), são mensurados pelo custo.

Um activo financeiro é desreconhecido quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse activo expiram;
- Tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse activo; ou
- Apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o GRUPO não reteve o controlo sobre esse activo.

Reclassificações entre categorias de activos financeiros

Conforme preconizado na IAS 39, o GRUPO não procede a simples reclassificações de instrumentos financeiros designados inicialmente pelo justo valor por via dos resultados, enquanto estes estiverem detidos ou emitidos pelo GRUPO. Contudo, se como resultado de uma alteração da intenção ou capacidade, deixar de ser apropriado classificar um instrumento como detido até à maturidade, este é reclassificado como disponível para venda e remensurado pelo seu justo valor.

Imparidade



O GRUPO avalia regularmente se existe prova objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista uma prova objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial. Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as restantes categorias de activos financeiros (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas directamente nos resultados.

Reversão da imparidade - Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição for objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida, não excedendo contudo o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a mesma foi revertida.

Reversão da imparidade - Activos financeiros mensurados pelo custo

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis.

Reversão da imparidade - Activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas por via dos resultados. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efectuada por via dos resultados.

2g - Outras Contas a Receber

As contas a receber são uma das quatro categorias de activos financeiros anteriormente referidas. Desta forma, as contas a receber são mensuradas inicialmente pelo seu justo valor e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o GRUPO não receberá parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades



financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor decretar falência ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O valor do ajustamento é a diferença entre o valor reconhecido em balanço e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento é reconhecido na demonstração dos resultados (consolidados).

2h – Inventários

Os Inventários são valorizados ao custo de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

Os investimentos na generalidade dos projectos da rede secundária enquanto se encontram em curso são considerados na conta Produtos e Trabalhos em curso.

Tendo-se verificado a entrada em exploração do Perímetro de Rega do Monte Novo procedeu-se à transferência dos investimentos que lhes estão associados que se encontravam na conta Produtos e Trabalhos em Curso para a conta Produtos Acabados e Intermédios. Assim o investimento realizado no período nos projectos da rede secundária de rega (m€ 68.357), incluindo capitalizações, passaram para a conta Produtos e Trabalhos em Curso e por último desta conta para a de Produtos Acabados e Intermédios do montante de investimento realizado no Perímetro de Rega do Monte Novo desde o início da sua implementação até ao final de Junho de 2009 (m€ 52.325), também incluindo capitalizações.

Os Inventários compreendem, fundamentalmente, Produtos e Trabalhos em Curso e Produtos Acabados e Intermédios referentes a investimentos na rede secundária de rega, no valor de m€ 169.252 e m€ 52.325, respectivamente.

2i - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende o dinheiro em Caixa e em Depósitos à Ordem. Equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2j - Activos e Passivos Detidos para Venda

O GRUPO classifica um activo ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transacção de venda em vez de através de uso continuado.

Os activos ou grupos para alienação assim classificados estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente e a venda desses activos ou grupos para alienação é altamente provável.



Espera-se que as vendas dos activos ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respectiva classificação como detidos para venda.

Os activos ou grupos para alienação, classificados como detidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre as respectivas quantias escrituradas e os respectivos justos valores menos os custos de vender.

2k - Instrumentos de Capital Próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da EDIA apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo accionista da EDIA.

2l - Provisões, Activos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

Uma provisão é reconhecida quando:

- (i) O GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- (ii) É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; e
- (iii) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O reconhecimento inicial da provisão é efectuado por débito nos resultados, sendo a reversão da mesma efectuada quando o acontecimento que lhe esteve na origem deixar de ser provável. A reversão da provisão é identicamente reflectida nos resultados do exercício.

A provisão é utilizada directamente nos dispêndios relativos aos quais a mesma foi inicialmente reconhecida, não sendo nesses casos registado qualquer ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia da provisão registada corresponde ao valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. Nestes casos a quantia da provisão aumenta em cada período para reflectir a passagem do tempo, sendo esse aumento reconhecido como um gasto com juros.



Activos e passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- (i) Uma possível obrigação que surge proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente é confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo do GRUPO; ou
- (ii) Uma obrigação presente que surge de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: não é provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Um activo contingente é um possível activo que surge de acontecimentos passados e cuja existência somente é confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do GRUPO.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos na face das Demonstrações Financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respectivos passivos contingentes ou activos contingentes não são divulgados.

2m - Outros Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção directamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo.

2n - Locações

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um activo por um período de tempo acordado.

Uma locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido. Uma locação operacional é uma locação em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos bens é retida pelo locador.

O GRUPO classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.



Situações em que o GRUPO age como locatário – Locação financeira

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas:

- (i) Pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e
- (ii) Pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Situações em que o GRUPO age como locatário – Locação operacional

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional, são registadas como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.

2o - Reconhecimento de Gastos e Perdas e de Rendimentos e Ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

Rédito

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias do GRUPO quando esses influxos resultam em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Vendas de bens

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O GRUPO tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O GRUPO não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;



- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o GRUPO; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Prestação de Serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para o GRUPO;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso de activos do GRUPO que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o GRUPO;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:
- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do GRUPO (enquanto accionista) de receber o pagamento, excepto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Custos de empréstimos

De acordo com o preconizado na IAS 23, os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização



dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

Política de capitalização - Encargos de estrutura e financeiros

Os custos de estrutura da Empresa, bem como os custos financeiros, têm vindo a ser capitalizados, de forma consistente ao longo do tempo, em Activos Fixos Tangíveis, nomeadamente os que têm ligação directa com o Empreendimento em fase de construção, uma vez que, com a entrada em exploração das Barragens de Alqueva e Pedrógão e das respectivas Centrais Hidroeléctricas, os custos afectos a essas infra-estruturas passaram a ser considerados directamente como custos de funcionamento (onde se destacam os custos financeiros com o empréstimo do Banco Europeu de Investimento). Segundo a política de capitalização definida, não são capitalizados os custos relativos:

- (i) Aos órgãos sociais, ao secretariado, aos gabinetes de assessoria, recursos humanos, documentação e desenvolvimento de marketing;
- (ii) À Direcção de Administração e Finanças (DAF), com excepção do Departamento de Planeamento e Controlo de Investimentos (DPCI) e do Departamento de Sistemas de Informação; e
- (iii) À Direcção de Gestão do Património e Expropriações com excepção do Departamento de Expropriações.

A chave de repartição para os custos de funcionamento imputados ao investimento tem em conta o seguinte:

- a) Os custos de funcionamento dos serviços são distribuídos pelas direcções capitalizáveis com base no número de colaboradores;
- b) Os custos das direcções são imputados aos programas de investimento com base nas seguintes percentagens (reformuladas após a entrada em funcionamento da Central Hidroeléctrica de Alqueva):
 - Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DADR): 100% para a Rede Secundária;
 - Direcção de Infra-estruturas Primárias e Energia (DIPE) – 95% para a Rede Primária e 5% para o Desenvolvimento Regional;
 - Direcção de Engenharia Ambiente e Ordenamento do Território (DEAOT) – 50% para a Rede Primária, 45% para a Rede Secundária e 5% para o Desenvolvimento Regional.

Trabalhos para a própria Entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos custos com o pessoal e com trabalhos efectuados por terceiros sob administração directa do GRUPO, associados às obras em curso do EFMA, de acordo com a política de capitalização de encargos de estrutura mencionada no ponto anterior.



Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que o GRUPO cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Estado recebidos para financiamento de aquisições de activos são registados como um rendimento diferido no Passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às amortizações dos activos subsidiados.

Os subsídios do Estado relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na Demonstração dos Resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

2p - Imposto Sobre o Rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período.

Os Impostos Diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo e a sua base de tributação.

Activos por impostos diferidos

Activos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- Diferenças temporárias dedutíveis;
- O reporte de perdas fiscais não utilizadas e
- O reporte de créditos tributáveis não utilizados.

Um Activo por Impostos Diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o activo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que:

- Não seja uma concentração de actividades empresárias; e



- No momento da transacção, não afecte o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O GRUPO reconhece Activos por Impostos Diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis associados aos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, até ao ponto em que seja provável que:

- A diferença temporária reverterá no futuro previsível; e
- Estará disponível o lucro tributável contra o qual a diferença temporária será utilizada.

Passivos por impostos diferidos

Passivos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Um Passivo por Impostos Diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis excepto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do goodwill; ou
- Reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte, no momento dessa transacção, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Activos ou Passivos por Impostos Correntes dos períodos correntes e anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada ou paga às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que se apliquem no período em que seja realizado o activo ou em que seja liquidado o passivo, tendo como base as taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, excepto quando o imposto provenha de uma transacção ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, directamente no capital próprio, caso em que o respectivo imposto é directamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Os Activos por Impostos Correntes são compensados com passivos por impostos correntes apenas quando:



- O GRUPO tiver um direito legalmente executável para compensar as quantias reconhecidas; e
- Pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

Os Activos por Impostos Diferidos e os Passivos por Impostos Diferidos são compensados apenas quando:

- O GRUPO tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre:
 - (i) A mesma entidade tributável ou
 - (ii) Diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que as quantias significativas de passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidadas ou recuperadas.

2q - Resultado por Acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da Entidade - mãe do GRUPO pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

O Resultado por Acção diluído, em que o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras, é idêntico ao resultado por acção básico uma vez que a Entidade - mãe do GRUPO não possui acções diluidoras.

2r - Operações Descontinuadas

Sempre que operações e fluxos de caixa que sejam claramente individualizáveis dentro do GRUPO sejam alienadas ou sejam classificadas como activos disponíveis para venda ou grupos para alienação são consideradas “Operações descontinuadas” desde que:

- (i) Representem uma linha de negócio relevante ou uma área geográfica separada;
- (ii) Façam parte de um plano global para a alienação de uma linha de negócio relevante ou uma área geográfica separada; ou
- (iii) Sejam uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda. O impacto na demonstração dos resultados consolidados dos activos e passivos classificados como “Operações descontinuadas” são apresentados numa única linha, pelo seu montante líquido de impostos.

3 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro



As actividades do GRUPO estão expostas a uma variedade de factores de riscos financeiros, fundamentalmente taxa de juro, não sendo utilizados quaisquer instrumentos financeiros derivados na gestão desses riscos.

De acordo com o disposto na IAS 32, existem quatro tipos de riscos financeiros a que o GRUPO se pode expor:

- Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
 - (i) risco de moeda – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
 - (ii) risco de taxa de juro do justo valor – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado e
 - (iii) risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado. Risco de mercado engloba não somente o potencial de perdas mas também o potencial de ganhos.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira.
- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.
- Risco de taxa de juro do fluxo de caixa – é o risco de que os futuros fluxos de caixa de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Dos riscos enunciados, os mais relevantes para o GRUPO prendem-se com a necessidade de financiar as actividades de investimento do EFMA com o recurso aos capitais alheios, através da contratação de empréstimos bancários. A obtenção de recursos financeiros pela via de empréstimos bancários (Obrigacionistas, Papel Comercial e outros) resulta de uma política financeira definida pelo único Accionista, assente na contratação de empréstimos com garantia do Estado, e da não disponibilização de dotações de capital suficientes para acompanhar o ritmo dos investimentos do EFMA.

Por outro lado, o GRUPO não tem gerado os meios necessários, não só para fazer face ao volume de investimentos que vem realizando, como também não dispõe de liquidez suficiente para satisfazer o funcionamento das empresas, bem como os encargos financeiros decorrentes da política de financiamento



adoptada.

4 - Activos Fixos Tangíveis

Durante o período findo em 30 de Junho de 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Valores em milhares euros

Activos fixos tangíveis	30-Jun-09									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por contas de imobilizações corpóreas	
Activo Bruto										
Saldo inicial	199.592	543.359	104.795	1.061	69	4.726	325	413.608	1.747	1.269.281
Adições	51	66	3	42	1	24	44	122.704	7.005	129.941
Alienações	-	-	(18)	-	-	-	-	-	-	(18)
Outras Transferências/ abates	4.615	142.528	19.134	-	0	(2.677)	-	(228.616)	(6.849)	(71.865)
SALDO FINAL	204.258	685.953	123.915	1.103	70	2.073	368	307.696	1.903	1.327.339
Depreciações Acumuladas										
Saldo Inicial	2.248	9.225	7.149	798	26	2.576	88	-	-	22.110
Adições	515	2.177	1.547	56	7	64	22	-	-	4.386
Alienações	-	-	(1)	-	(0)	(939)	-	-	-	(940)
SALDO FINAL	2.763	11.402	8.695	854	32	1.701	110	-	-	25.556
Valor Líquido	201.495	674.552	115.220	249	38	372	259	307.696	1.903	1.301.783

Em 30 de Junho de 2009, o montante acumulado de m€ 307.696 na rubrica de Imobilizações em Curso essencialmente refere-se a projectos da própria EDIA e encontra-se repartido principalmente pelos seguintes programas:

Valores em milhares de euros

Programa	30 Jun 2009
Barragem e Central de Pedrógão	726
Rede Primária de Rega	297.754
Desenvolvimento Regional	6.149
	304.629

No Programa Barragem e Central de Pedrógão o valor indicado diz respeito a uma provisão de um processo litigioso em curso.

Os investimentos realizados durante o 1.º semestre de 2009, em infra-estruturas que já se encontravam em exploração, como as Barragens e Centrais de Alqueva e Pedrógão e Parque de Natureza de Noudar, foram



registados em Imobilizado definitivo.

Com a entrada em exploração do Perímetro de Rega do Monte Novo no 1.º semestre de 2009 procedeu-se à passagem para imobilizado definitivo dos investimentos realizados com a implementação das infra-estruturas da rede primária a montante, que são a Estação Elevatória dos Álamos, as Barragens dos Álamos, a Ligação Álamos-Loureiro, a Barragem do Loureiro e a Ligação Loureiro-Monte Novo.

O investimento destas infra-estruturas ascende a m€ 145.152 e o cálculo das amortizações foi efectuado com base no contrato de concessão do domínio público hídrico assinado entre a EDIA e o INAG, no período de vida útil dos imobilizados e ponderando os hectares em exploração relativamente ao total dos hectares que se prevê que cada uma das mencionadas infra-estruturas vai servir. Assim, a percentagem de afectação de cada uma das infra-estruturas da rede primária ao Perímetro do Monte Novo (e consequentemente sujeita a amortizações a partir de 2009) é a seguinte:

	(%)
Estação Elevatória dos Álamos	12,92%
Barragens dos Álamos	12,92%
Ligação Álamos-Loureiro	12,92%
Barragem do Loureiro	12,92%
Ligação Loureiro-Monte Novo	100,00%

A Ligação Loureiro-Monte Novo é afectada a 100% à exploração do Perímetro do Monte Novo por servir apenas este Perímetro.

As infra-estruturas relativas às utilizações do domínio público hídrico afecto ao EFMA objecto do respectivo contrato de concessão, celebrado entre a EDIA e o Estado, e que fazem parte do Sistema Primário (Barragens; Centrais Hidroeléctricas e Rede Primária) do Empreendimento, enquanto durar a concessão, são propriedade da concessionária.

No termo da concessão, os bens referidos anteriormente, reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado, livres de quaisquer ónus ou encargos e em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Na contabilização dos bens imobilizados estão a ser considerados como bens não reversíveis os activos não afectos directamente à exploração de infra-estruturas.

Foram identificados como bens não reversíveis os terrenos sobrantes de expropriações, os edifícios da Sede e Museu da Luz, Parque de Natureza de Noudar, a Casa do Grande Lago e a Marina de Alqueva.

A valorização líquida desses bens é a seguinte:



Valores em milhares de euros

Rubricas	Bens Reversíveis	Bens Não Reversíveis	Valor Líquido
Terrenos e Recursos Naturais	196.838	4.657	201.495
Edifícios e Outras Construções	670.517	4.035	674.552
Equipamento Básico	115.220		115.220
Equipamento de Transporte		249	249
Ferramentas e Utensílios		38	38
Equipamento Administrativo		372	372
Outras Imobilizações Corpóreas		259	259
Imobilizações em Curso	306.774	922	307.696
Adiant. Conta Imob. em Curso	1.903		1.903
TOTAL	1.291.252	10.531	1.301.783

5 – Activos Intangíveis

O valor mais significativo inscrito na rubrica de “Activos intangíveis” reflecte o dispêndio de m€ 195.000 de compensação financeira inicial, resultante do “Contrato de Concessão da Utilização do Domínio Público Hídrico afecto ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva”, de 17 de Outubro de 2007, celebrado entre a EDIA e o Estado, com a duração de 75 anos. Este Contrato concretiza os termos e condições a que obedecerá a relação concedente - concessionária, precisando o conteúdo da missão associada à exploração do Empreendimento e definindo as regras para o exercício dos referidos direitos de utilização privativa do domínio público hídrico.

No ano de 2007 o referido valor de m€195.000 foi alvo de amortização referente a dois meses do ano, a que corresponderam €433.333,33.

Estando esta verba mais directamente relacionada com a actividade de distribuição de água e não com a actividade de produção de energia eléctrica subconcessionada à EDP e uma vez que os perímetros de rega não entraram em exploração em 2008, não originando por isso quaisquer retiradas de água com origem em Alqueva e, conseqüentemente, quaisquer receitas, não se efectuaram por isso amortizações em 2008.

Entrou em exploração em 1 de Janeiro de 2009 (1º semestre) o Perímetro de Rega do Monte Novo com 7.714 ha equipados. O perímetro inclui 4 blocos e está integrado no subsistema de Alqueva que totaliza 59 690 ha e no EFMA (110.794 ha). As contas da EDIA reportadas ao primeiro semestre de 2009 iniciam uma nova fase de exploração relacionada com a distribuição de água para rega.

Verificado este facto procedeu-se ao início da amortização da parcela do montante da compensação financeira correspondente à área beneficiada pelo Perímetro de Rega do Monte Novo (7.714 ha). Essa parcela foi calculada multiplicando o resultado da divisão da área do Perímetro do Monte Novo pela área total beneficiada pelo EFMA (110.794 ha) pelo valor líquido da compensação financeira (€ 194.566.666,67) perfazendo € 13.619.295,91. O

Relatório e Contas Consolidadas – 30 de Junho de 2009



prazo de amortização será de 73 anos correspondente ao período que decorre desde a entrada em exploração deste Perímetro (ano de 2009) até ao ano que termina a concessão (2082). No período (1.º semestre de 2009) amortizou-se desta parcela o montante de €93.282,95.

O valor dos activos intangíveis teve a seguinte evolução em 2009:

Valores em milhares euros

Activos intangíveis	30-Jun-09			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Software	Total
VALORES LÍQUIDOS				
Saldo inicial	57	194.567	-	194.624
Adições			18	18
Outras Transferências/ abates		-	2.613	2.613
Amortizações - Operações em Continuação	(10)	(94)	(1.140)	(1.244)
Saldo final	47	194.473	1.491	196.011

Na rubrica de Software os montantes apresentados referem-se a transferências de investimentos relativos a Software específico do centro de Cartografia da EDIA, Upgrade do Sistema de Informação para a Gestão SAP e Elaboração do Site do PNN, que estavam classificados em Equipamento Administrativo e que segundo a IAS 38 – “Activos Intangíveis” devem integrar os Activos Intangíveis.

6 – Participações Financeiras

O GRUPO detém as seguintes participações financeiras, em 30 de Junho de 2009:



Valores em milhares de euros

Denominação Social	Capital Social	%Partic	Nº Acções / Un.Particip.	Valor Nominal	Valor da participação em 30 Junho 2009	Valor da participação em 31 Dez 2008
Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio	63	8,8	11 UP	500	5	5
Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	499	4,11	4 110 A	4,99	21	21
Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A	4,000	1,25	50 000 A	1	50	50
Águas do Centro Alentejo, S.A	5,000	5,00	50 000 A	5	250	250
Lusofuel-Produção de Biocombustíveis e Derivados, SA	500	10,00	10 000 A	5	50	50
					376	376

Estes activos financeiros correspondem a investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado activo e o seu justo valor não pode ser fiavelmente mensurado, pelo que, nos termos da IAS 39, encontram-se mensurados pelo custo.

7 - Inventários

A composição dos Inventários, em 30 de Junho de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

Valores em milhares de euros

Inventários	30-Jun-09	31-Dez-08
<u>Inventários (Balanço)</u>		
Produtos Acabados e Intermédios	52.325	-
Produtos e trabalhos em curso	169.252	153.219
Mercadorias	83	67
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1	4
	221.661	153.290

Os valores das contas Produtos Acabados e Intermédios (€ 52.325) e Produtos e Trabalhos em Curso (m€ 169.252), correspondem a investimentos na rede secundária de rega, concluídos e em curso, respectivamente e que ainda não foram transferidos para as Associações de Regantes ou outra Entidade indicada pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. O movimento de transferência do investimento da rede secundária, de Activos Fixos Tangíveis (em curso) para os Produtos e Trabalhos em Curso é feito a 30 de Junho (pela primeira vez em 2009, conforme referido na Nota 2a) e a 31 de Dezembro de cada ano. Os investimentos da conta Produtos e Trabalhos em Curso transferem-se para a conta Produtos Acabados e Intermédios à medida que as infra-estruturas entram em exploração.



Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 335/2001, de 24 de Dezembro, que, com excepção da Infra-estrutura 12 (que tem um regime excepcional de concessão), prevê a transferência para o Estado (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas) da infra-estrutura integrante da rede secundária de rega afectada ao EFMA, a EDIA procede, no final de cada período e à semelhança dos períodos anteriores, à transferência do custo das obras realizadas até essas datas da rubrica de Activos Fixos Tangíveis para a de Inventários.

Desses investimentos na rede secundária, os associados à Infra-estrutura 12, no montante de m€ 123 630, foram por seu turno transferidos para "Outras contas a receber" em 2006, devido à especificidade desta Infra-estrutura (integrada na rede secundária, mas propriedade da EDIA sob o regime de concessão ao MADRP) e à formalização com o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, em Abril de 2006, do contrato de cessão da gestão, exploração, manutenção e conservação por um prazo de 30 anos.

8 – Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica inclui, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os seguintes saldos:

	Valores em milhares euros	
	30-Jun-09	31-Dez-08
Activo por Impostos Correntes		
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.282	1.559
IRC - Imposto sobre o rendimento	474	395
	2.755	1.954
Passivo por Impostos Correntes		
Contribuições para a Segurança Social	213	85
Retenções de impostos sobre o rendimento	106	82
IRC - Imposto sobre o rendimento	52	55
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	3	-
	373	222

O valor evidenciado no Activo referente a IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado, em 30 de Junho de 2009 corresponde aos montantes de reembolsos pedidos decorrente da fase de investimento em que se encontra a EDIA, bem como os montantes de Maio e Junho a recuperar pela EDIA, que à data de 30 de Junho ainda não



tenham sido objecto de pedidos de reembolso.

O Activo referente a IRC - Imposto sobre o Rendimento engloba, essencialmente, as retenções na fonte efectuadas por terceiros, associadas aos juros de aplicações financeiras.

Nos termos do disposto do Código da Contribuição Autárquica e nos termos do disposto do Código do IMI, o Estado está isento do pagamento de impostos sobre os imóveis integrados no seu património. A EDIA ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 21-A/98, de 6 de Fevereiro, considera após a sua adjudicação à entidade expropriante, imediatamente integrados no domínio público do Estado os bens imóveis que expropriou para implementação do EFMA.

9 – Outras Contas a Receber

Esta rubrica tem a seguinte composição, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Valores em milhares de euros

Outras contas a receber	30-Jun-09		31-Dez-08	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
DGADR	73.397	-	72.593	-
Depósitos cativos	11.275	-	11.072	-
Outros	203	-	62	-
	84.875	-	83.727	-

O crédito de m€ 73.397 sobre a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), traduz o montante pelo qual a EDIA deverá ser ressarcida pelo investimento que a mesma efectivamente suportou com a infra-estrutura 12 integrante da rede secundária de rega do EFMA (correspondente ao valor do investimento deduzido dos subsídios recebidos associados a essa infra-estrutura).

O contrato de cessão terá um prazo de duração de 30 anos, contados a partir da data de entrada em exploração da Infra-estrutura 12, findo o qual a propriedade da mesma é transferida para o Estado que passa a ser o titular de todos os correspondentes direitos e obrigações.

Neste âmbito, as duas entidades acordaram submeter à consideração do MADRP a questão do ressarcimento da EDIA pelo valor de investimento por ela suportado, deduzido dos subsídios que lhes estão associados.

Atendendo ao exposto, a EDIA não manteve o investimento desta infra-estrutura registado nas suas Existências nem no seu Imobilizado, transferindo esse investimento e os subsídios que lhes estão associados para a rubrica de “Outras Contas a Receber”.



Os depósitos caução constituídos pela EDIA, em Instituições Bancárias a favor dos Tribunais Judiciais referentes a processos judiciais em curso e processos de expropriação litigiosos, representam também um valor significativo; sendo que a maior parte dos quais, foram constituídos através da contracção de empréstimos bancários de igual montante, classificados em “Empréstimos obtidos”.

10 – Caixa e Depósitos Bancários

O GRUPO dispunha dos seguintes valores em depósitos bancários e caixa, em 30 de Junho de 2009 e no final de 2008:

	Valores em milhares de euros	
Caixa e depósitos bancários	30-Jun-09	31-Dez-08
Depósitos a prazo	46.867	5.364
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.556	10.625
Numerário	19	16
	50.442	16.005

11 – Capital Próprio

Em 30 de Junho de 2009, o capital social da Empresa - mãe, integralmente subscrito e realizado, ascende a € 387.267.750, sendo constituído por 77.453.550 acções com o valor nominal de € 5 cada. O capital social da Empresa é detido a 100% pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf).

A rubrica “Outras Reservas” inclui, essencialmente:

- (i) m€ 8.480 de subsídios recebidos em 1995, no âmbito da transferência para a EDIA das verbas incluídas no Orçamento de Estado para a extinta Comissão Instaladora do Alqueva;
- (ii) m€ 592 relativos à transferência para a Empresa do imobilizado da referida Comissão e
- (iii) m€ 121 de subsídios afectos às áreas sobranes (que não configuram investimentos amortizáveis).

Em 2009, foi transferido para “Resultados transitados” o resultado líquido positivo obtido no exercício de 2008, no montante de m€ 319.



12 – Interesses Minoritários

Os interesses minoritários no Balanço discriminam-se como segue:

Valores em milhares de euros

INTERESSES MINORITÁRIOS -BALANÇO	30-Jun-09	31-Dez-08
Interesses minoritários de capital próprio		
Gestalqueva	185	193
Gescruzeiros	(44)	(31)
	141	162

Os interesses minoritários na Demonstração dos Resultados, por seu turno, têm a seguinte composição:

Valores em milhares de euros

INTERESSES MINORITÁRIOS -DR	30-Jun-09	31-Dez-08
Interesses minoritários de resultado líquido		
Gestalqueva	(9)	(7)
Gescruzeiros	(13)	(29)
	(22)	(36)

13 – Provisões

O GRUPO analisa de forma periódica e faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades contingentes que devessem ser reconhecidas e divulgadas como passivos.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de ex fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação daquele pressuposto, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas da EDIA são



continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, que nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

À data da elaboração das presentes Demonstrações Financeiras a evolução das Provisões é a seguinte:

Valores em milhares de euros

Provisões (Balanço)	30-Jun-09			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões				
Provisão para processos judiciais em curso	18.414	1.004	39	19.379
	18.414	1.004	39	19.379

O montante de m€ 19.379 reflectido na rubrica de “Provisões” a 30 de Junho de 2009, deve-se essencialmente aos processos judiciais em curso, a seguir discriminados, bem como aos processos a decorrer no âmbito de expropriações litigiosas:

Valores em milhares de euros

	Provisões
Processos Judiciais	
Iva Aldeia da Luz	11.535
Portucel Recicla	4.140
Processo Arbitral EDIA/Consórcio EDIFER/OBRECOL/SOPOL	917
Processo Arbitral Tecnasol	726
Outros	763
Processos de Expropriação	
Expropriações litigiosas	1.297
	19.379

As variações nas provisões foram registadas contra Activos Tangíveis.



14 – Empréstimos Obtidos

Os Empréstimos Obtidos respeitam essencialmente a obrigações não convertíveis e financiamentos contraídos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras.

Valores em milhares de euros

	30-Jun-09		31-Dez-08	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Empréstimos por obrigações	31.167	386.140	31.058	417.360
Papel comercial	45.000	-	45.000	-
Empréstimos bancários	15.405	118.764	15.293	121.983
	91.572	504.904	91.351	539.343

O financiamento dos investimentos realizados para conclusão do programa de implementação das infra-estruturas do EFMA, envolveu até à presente data a contratação dos empréstimos mencionados:

BEI - € 135 000 000,00

Data de início do contrato: 1999

Prazo: 20 anos

Período de carência: 7 anos

O montante de € 135.000.000,00, reflectido na conta de empréstimos, resulta da utilização total das tranches A, B, C e D.

O reembolso deste empréstimo será efectuado da seguinte forma:

- € 35.000.000-Tranche A-18 amortizações anuais e consecutivas com início em Setembro de 2007;
- €35.000.000-Tranche B-23 amortizações anuais e consecutivas com início em Setembro de 2007;
- €32.500.000-Tranche C-18 amortizações anuais e consecutivas com início em Março de 2009;
- €32.500.000-Tranche D-23 amortizações anuais e consecutivas com início em Março de 2009;

Empréstimo Obrigacionista - € 300 000 000,00

Data de início do contrato: 21 de Novembro de 2003

Prazo: 15 anos

Reembolso: total no final do contrato (2018)

Este empréstimo obrigacionista, foi celebrado junto do BNP Paribas e do Caixa-Banco de Investimento, S.A. destinado ao financiamento do EFMA.

Os Cupões são trimestrais e o seu reembolso é "bullet".



O Empréstimo Obrigacionista como meio de financiamento de um activo qualificável – Investimento do EFMA - levou a EDIA a incorrer em custos associados ao empréstimo e em simultâneo a obter proveitos financeiros associados à correcta gestão das disponibilidades de tesouraria.

Empréstimo Obrigacionista - € 56 180 000,00

Data de início do contrato: 8 de Janeiro de 2007

Prazo: 20 anos

Reembolso: total no final do contrato (2027)

Este empréstimo obrigacionista, foi contraído junto do Millennium BCP e do BPI,

Os Cupões são semestrais e o seu reembolso é "bullet".

Emissão de papel comercial

Considerando que o ritmo de execução do investimento exige o cumprimento das obrigações financeiras aos vários credores, de acordo com os prazos médios de pagamento, recorreu-se a um empréstimo de apoio de tesouraria.

A EDIA emitiu títulos de dívida de curto prazo ao abrigo de um Programa de Emissões de Papel Comercial.

Para esse efeito a EDIA solicitou a duas instituições, a garantia de subscrição do montante nominal de € 20.000.000,00 e € 25.000.000,00.

Os prazos dos Programas são de 5 e 6 meses, com possibilidade de prorrogações trimestrais e anuais por acordo entre as partes.

Empréstimo Obrigacionista - € 93 500 000,00

Data de início do contrato: 30 de Abril de 2008

Prazo: 3 anos

Reembolso: 3 prestações anuais

Este empréstimo obrigacionista foi contraído junto do DEPFA BANKplc, do Banco Efisa SA e da Caixa Banco de Investimento, S.A.

Os Cupões são semestrais.

Em Maio de 2009 ocorreu o 1.º reembolso deste empréstimo no montante de € 31.166.660,43.

O escalonamento das dívidas constantes do Balanço em 30 de Junho de 2009 com vencimento a mais de 5 anos, ascende a:



Valores em milhares de euros

	Montante
Banco Europeu de Investimento (BEI)	91.425
Empréstimo Obrigacionista de 2003 (300 M€)	300.000
Empréstimo Obrigacionista de 2007 (56,18 M€)	56.180
Total	447.605

Para cumprimento do definido na IAS 23 – “Custos de Empréstimos Obtidos”, nomeadamente, quanto ao dever de a entidade divulgar a quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período e a taxa de capitalização usada para determinar a quantia dos custos dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização indica-se que no 1.º semestre de 2009 foram capitalizados a uma taxa média de 78% perfazendo o montante m€ 7.125.

15 – Outras Contas a Pagar

Valores em milhares de euros

Outras Contas a Pagar	30-Jun-09		31-Dez-08	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Fornecedores de imobilizado	26.480		55.142	
Acréscimo de custos	4.039		6.437	-
Outros	614		829	-
	31.133		62.408	-

Da análise da rubrica de “Fornecedores de Imobilizado”, os fornecedores com saldos mais elevados em 30 de Junho de 2009 foram:

Relatório e Contas Consolidadas – 30 de Junho de 2009



	Valores em milhares de euros
Ferrovial Agroman	5.929
MSF-Moniz da Maia Serra & Fortunato	2.944
Mota - Engil, Engenharia e Construção, S.A.	2.398
Monte Adriano - Engenharia & Construção S.A.	2.383
EFACEC-Ambiente SA	1.445
Sociedade de Construções Soares da Costa	1.261
MRG - Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.	899
Contacto - Sociedades de Construção, S.A.	631
Alexandre Barbosa Borge, S.A.	603
Construções Gabriel A.S. Couto S.A.	462

Em 30 de Junho de 2009, os “Fornecedores de Imobilizado” incluem, também, valores em dívida referentes a 7 contratos de locação financeira que se encontram em vigor, referentes a viaturas, relativamente aos quais os valores de futuros pagamentos mínimos e do respectivo valor presente, bem como dos juros vincendos conforme estão discriminados no quadro seguinte:

	Valores em milhares de euros	
Passivos por Locação Financeira	30-Jun-09	31-Dez-08
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	59	67
De 1 ano até 5 anos	63	75
Mais de 5 anos		
	122	142
Juros		
Até 1 ano	4	6
De 1 ano até 5 anos	2	3
Mais de 5 anos		
	7	9
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	55	61
De 1 ano até 5 anos	61	72
Mais de 5 anos		
	116	133
	245	284



O montante de acréscimos de custos resulta da contabilização de encargos a pagar no próximo exercício, mas cujo consumo ocorreu no presente exercício, designadamente, os encargos com férias e subsídio de férias, assim como os juros e as comissões de endividamento bancário.

16 – Proveitos Diferidos – Subsídios do Estado e Outros Proveitos Diferidos

As rubricas de “Proveitos diferidos – Subsídios do Estado” e “Outros proveitos diferidos” apresentam a seguinte repartição entre passivo corrente e não corrente:

Valores em milhares de euros

Proveitos Diferidos	30-Jun-09		31-Dez-08	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Proveitos Diferidos - Subsídios de Estados	3.327	637.560	2.658	501.104
Outros Proveitos Diferidos	13.853	171.551	13.820	178.434
	17.180	809.111	16.478	679.538

Na rubrica “Proveitos Diferidos – Subsídios do Estado” estão registados os subsídios associados ao investimento, que são reconhecidos como proveitos na mesma proporção dos custos com as amortizações dos bens subsidiados e respectiva percentagem de participação.

No Passivo Corrente e não Corrente, os “Outros Proveitos Diferidos” incluem, essencialmente um montante de m€ 184.907 associado ao Contrato de Concessão de exploração das Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e Pedrógão, por 35 anos, celebrado entre a EDIA e a EDP. No âmbito deste contrato, a EDP pagou à EDIA um montante inicial de M€195, em Outubro de 2007 e irá efectuar pagamentos anuais de M€12,67 em Outubro de cada ano, sendo que o primeiro desses pagamentos foi recebido em 2008. Em 2008, a EDIA reconheceu em “Prestações de Serviços” o montante anual de m€13.641 de proveitos decorrentes deste contrato, imputáveis a este exercício. E no 1.º semestre de 2009 reconheceu na mesma conta o montante de m€ 6.845.

17 – Fornecedores

O saldo desta rubrica é composto essencialmente pelos valores em dívida às seguintes entidades:



Petrogal, SA
DGT
Brisa
Erena
EDP

Valores em milhares de euros

127
26
24
24
23

18 – Vendas e Serviços Prestados

Valores em milhares de euros

	30-Jun-09	30-Jun-08
Vendas		
Mercado Interno	15	67
	15	67
Prestações de Serviços		
Mercado Interno		
Proveitos relativos contrato cessão exploração Centrais Alqueva e Pedrógão	6.851	6.814
Outros	252	199
.....		
	7.103	7.013
Total	7.118	7.080

a) Vendas

Com a assinatura do contrato de cessão de exploração das Centrais de Alqueva e de Pedrógão, celebrado entre a EDIA e a EDP, com entrada em vigor em 1 de Novembro de 2007, a EDIA continuou a ter a seu cargo a manutenção e exploração das Barragens de Alqueva e Pedrógão e dos respectivos órgãos de descarga, cabendo ao concessionário a exploração das centrais de Alqueva e Pedrógão, incluindo os respectivos circuitos hidráulicos de adução e de restituição de caudais.



Os proveitos com a venda de energia, no essencial são referentes à produção da Central Fotovoltaica de Alqueva.

Durante o 1.º semestre de 2009 prosseguiram, todas as actividades relacionadas com a observação e a manutenção destas estruturas e equipamentos e com a operação dos equipamentos dos seus órgãos de segurança e exploração, para comprovação da sua permanente operacionalidade e, sempre que seja necessário, efectuar descargas ou garantir caudais ecológicos não satisfeitos através da Central de Pedrógão.

b) Prestações de Serviços

No âmbito do Contrato de Cessão de Exploração das Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e Pedrógão, por 35 anos, celebrado entre a EDIA e a EDP, esta última obriga-se a proporcionar à EDIA uma compensação financeira nos seguintes termos:

- Um montante inicial no valor de M€ 195, acrescido de IVA à taxa legal e pago na data de entrada em vigor do presente Contrato;
- Um montante anual periódico, no valor de m€12,67, acrescido de IVA à taxa legal e pago anualmente no mesmo dia e mês da entrada em vigor do presente contrato, tendo sido a primeira prestação paga em 2008.

Os proveitos diferidos são reconhecidos nos proveitos anuais de acordo com os prazos previstos nos contratos de concessão e subconcessão.

19 – Trabalhos para a Própria Entidade

De acordo com os critérios de capitalização de encargos de estrutura mencionados na Nota 2, esta rubrica regista a imputação ao Imobilizado em Curso dos custos afectos às áreas operacionais da Empresa ligadas directamente ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

20 – Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica engloba:

Relatório e Contas Consolidadas – 30 de Junho de 2009



Valores em milhares de euros

Outros rendimentos e ganhos operacionais	30-Jun-09	30-Jun-08
Subsídios ao investimento	1.677	1.322
Proveitos suplementares	16	266
Outros proveitos e ganhos	-	13
	1.693	1.601

O saldo mais significativo desta rubrica refere-se ao reconhecimento como proveitos dos subsídios associados aos investimentos, na medida em que estes são amortizados, em resultado da entrada em funcionamento pleno

- (i) Em 2005, da Central Hidroeléctrica do Alqueva, da Barragem do Alqueva e do Museu da Aldeia da Luz,
- (ii) Em 2006, da Barragem e Central Hidroeléctrica do Pedrógão e do Parque de Natureza de Noudar
- (iii) Em 2008, do Centro de Cartografia e
- (iv) Em 2009 da Distribuição de Água para o Perímetro de Rega do Monte Novo.

21 – Variação da Produção

A variação da produção a 30 de Junho de 2009 discrimina-se da seguinte forma:

Valores em milhares de euros

Rubricas	Existências Finais	Regularização de Existências	Existências Iniciais	Variação da Produção
Produtos Acabados e Intermédios	52.325			52.325
Produtos e Trabalhos em Curso	169.251		153.219	16.032
	221.576	0	153.219	68.357

Os Produtos Acabados e Intermédios e os Produtos e Trabalhos em Curso, no valor de m€ 221.576 correspondem aos investimentos efectuados na rede secundária de rega. Os aumentos desta rubrica no exercício de 2009 decorrem integralmente dos investimentos nessas infra-estruturas, sendo ainda de relevar que o montante de m€ 52.325 corresponde ao investimento do Perímetro de Rega de Monte Novo que aguarda a preparação do dossier técnico para posterior transferência.



22 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos podem ser decompostos como se segue:

Valores em milhares de euros

Fornecimentos e serviços externos	30-Jun-09	30-Jun-08
Subcontratos	66.363	8
Electricidade	567	89
Trabalhos Especializados	332	149
Honorários	231	133
Rendas e Alugueres	98	56
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	81	85
Seguros	80	68
Conservação e Reparação	77	66
Combustíveis	73	81
Comunicação	70	122
Limpeza e Higiene	43	38
Vigilância e Segurança	31	100
Publicidade e Marketing	27	349
Ferramentas e Utensílios	23	29
Material Escritório	23	19
Despesas de Representação	17	14
	68.136	1.406

A variação significativa na conta “Subcontratos” (aumento de m€ 66.355) resulta da introdução no final deste semestre do procedimento da passagem do investimento realizado da rede secundária de rega para a conta Produtos e Trabalhos em Curso. É de referir que este procedimento no exercício de 2008 apenas foi efectuado no final do ano tendo sido tomado, à presente data, como movimento a efectuar semestralmente.

23 – Gastos com o Pessoal

Os Gastos com o Pessoal do GRUPO tiveram a seguinte composição, em 30 de Junho de 2009:

Relatório e Contas Consolidadas – 30 de Junho de 2009



Valores em milhares de euros

Gastos com o pessoal	30-Jun-09	30-Jun-08
Remunerações	2.877	1.821
Encargos Sociais	580	366
Outros custos com o pessoal	102	71
	3.558	2.258

O número de trabalhadores ao serviço do GRUPO no final do 1.º semestre foi de 209, um acréscimo de 81 trabalhadores face ao período homólogo, que decorreu da necessidade de ajustar os recursos à antecipação da data de término da implementação do EFMA. Esta variação justifica no essencial a subida dos Gastos com o Pessoal.

Foram atribuídas, no decorrer do ano de 2008, aos membros dos órgãos sociais da EDIA, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

	Valores em milhares de euros
Conselho de Administração	205
Mesa da Assembleia Geral	0
Revisor Oficial de Contas	39
Conselho Fiscal	32

Do valor pago ao Conselho Fiscal no 1.º semestre de 2009 realça-se que o montante de m€ 21,7 corresponde ao período desde a nomeação deste Órgão (21 de Abril de 2008) até ao final de 2008.



24 – Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Valores em milhares de euros

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30-Jun-09	30-Jun-08
Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	514	444
Edifícios e outras construções	2.177	1.604
Equipamento básico	1.547	1.523
Equipamento de transporte	56	76
Ferramentas e utensílios	7	6
Equipamento administrativo	64	283
Outras imobilizações corpóreas	21	13
	4.386	3.949
Outros activos intangíveis		
Gerados Internamente	-	-
Com vida útil indefinida	-	-
Com vida útil finita	-	-
Outros activos fixos intangíveis	-	-
Com vida útil indefinida	-	-
Com vida útil finita	369	1.310
	369	1.310
Propriedades de Investimento (método do custo)		
Activos Biológicos (método do custo)		
	4.755	5.259



25 – Juros e Rendimentos e Gastos Similares Obtidos/Suportados

Os proveitos e custos financeiros apresentam a seguinte composição:

Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	Valores em milhares de euros	
	30-Jun-09	30-Jun-08
Rendimentos e Ganhos Financeiros		
Juros obtidos	81	243
	81	243
Gastos e Perdas Financeiros		
Juros suportados	1.532	3.036
Outros custos e perdas financeiros	509	484
	2.041	3.520

A diminuição dos juros decorre essencialmente da descida da taxa de juro suportada nos primeiros dois trimestres do ano, face ao período homólogo de 2008, decorrente das condições de mercado.

26 – Imposto Sobre o Rendimento

O GRUPO está sujeito a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

As declarações de autoliquidação do GRUPO ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de seis anos, uma vez que as três empresas que integram o Grupo têm vindo a apurar prejuízos tributários. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

A EDIA não tem vindo a registar activos por impostos diferidos referentes aos prejuízos reportados de exercícios anteriores nem às diferenças temporárias dedutíveis, uma vez que, nomeadamente devido à indefinição ainda existente quanto ao tarifário a aplicar no fornecimento de água às associações de regantes ou outras entidades (que está dependente de decisão do Estado Português): (i) se considera que não existem "provas convincentes de que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis contra os quais as perdas fiscais não utilizadas ou créditos tributáveis não utilizados possam ser utilizados pela empresa"; e (ii) não foram identificadas diferenças temporárias tributáveis de que resultem quantias tributáveis futuras contra as



quais as perdas fiscais não usadas ou os créditos tributáveis não usados possam ser utilizados antes que se extingam

27 – Garantias Prestadas

No âmbito da apreciação dos pedidos de reembolso do IVA efectuados pela EDIA, foi desencadeada uma inspecção externa por parte da Administração Fiscal, sendo entendimento desta última, que a EDIA não deveria ter deduzido o IVA suportado com os custos da construção da Nova Aldeia da Luz.

A EDIA após notificação através de dois documentos de cobrança, emanados pela Direcção Geral dos Impostos para proceder ao pagamento do montante de € 11.534.598,22, prestou uma Garantia Bancária para efeitos de suspensão do pagamento do IVA e respectivos juros compensatórios, constantes do processo de execução fiscal, por igual montante.

A EDIA para actuar no Sistema como agente de mercado (participação da unidade de produção e da unidade de bombagem) constituiu garantia suficiente para as obrigações financeiras do Agente de Mercado no Sistema do Acerto de Contas, decorrentes da aplicação do Manual de Procedimentos do Acerto de Contas, no valor de €2.359.138,23 pelo prazo de 1 ano (2007/07/18 a 2008/07/18).

Visto que não se encontravam fechados os acertos de contas relativos ao ano de 2007, foi imposta a renovação da garantia até 31 de Dezembro de 2008, mas a vigorar somente pelo valor de €250.000,00. Esta garantia não foi renovada a partir desta data.

28 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8, visa a divulgação de informações que permitam aos utentes das suas demonstrações financeiras avaliar a natureza e os efeitos financeiros das actividades de negócio em que está envolvida, assim como os ambientes económicos em que opera. Das actividades que a Empresa tem em exploração destacam-se as Centrais hidroeléctricas de Alqueva e de Pedrógão, a distribuição de água para o Perímetro de Rega do Monte Novo e de projectos especiais, tais como, Central Fotovoltaica de Alqueva, Parque de Natureza de Noudar, Centro de Cartografia e Museu da Luz,

As contas de exploração dessas actividades são apresentadas no quadro seguinte:



Valores em milhares de euros

RUBRICAS	Centrais Hidroeléctricas Alqueva de Pedrógão	Distribuição de Água Perímetro Rega Monte Novo	Projectos Especiais
Volume de Negócios	6.851	17	13
Custos de Exploração	(32)	(6)	(697)
Margem Bruta	6.819	11	(684)
Outros Proveitos e Ganhos	1.467	134	371
Outros Custos e Perdas	(0)	(0)	(2)
Resultado Antes de Depreciações e Gastos Financeiros	8.285	145	(315)
Depreciações e Amortizações	(3.517)	(743)	(273)
Resultado Operacional	4.768	(598)	(588)
Proveitos e Ganhos Financeiros	6	1	-
Custos Financeiros	(1.119)	(62)	(0)
Resultado por Segmento de Negócio	3.655	(658)	(588)

Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e Pedrógão

O grupo EDIA, neste momento, subconcessionou as centrais hidroeléctricas à EDP pelo que o seu volume de negócio resulta da totalidade do recebimento da respectiva renda por um período de 35 anos (período da subconcessão).

Sendo assim os custos apresentados por este segmento reflectem, essencialmente, as respectivas depreciações da infra-estrutura e os custos financeiros relativos ao financiamento do BEI para fazer face à construção das Centrais.

Importa ainda referir que os Outros Proveitos e Ganhos reflectem o reconhecimento de subsídios de investimento recebidos e diferidos durante a construção e que são reconhecidos de acordo com a sua depreciação.

Distribuição de Água no Perímetro de Rega do Monte-Novo

Neste primeiro semestre verificou-se a entrada em exploração da distribuição de água ao perímetro de rega do Monte Novo, que ainda não apresenta qualquer volume de negócios e os seus custos resumem-se, essencialmente, às depreciações e custos financeiros.



Os proveitos apresentados resultam dos subsídios de investimento recebidos e diferidos durante a construção das infra-estruturas e que são reconhecidos de acordo com a sua depreciação.

Projectos Especiais

Os principais custos nestes segmentos referem-se a custos de funcionamento (custos de fornecimentos diversos, custos com o pessoal...) e depreciações.

Nos proveitos destes segmentos do Grupo EDIA temos a registar os trabalhos para a própria entidade, que representam trabalhos diversos que o Centro de Cartografia contribui para os vários projectos em curso.

Factos a Considerar

As Centrais Hidroeléctricas de Alqueva e de Pedrógão, contribuíram significativamente para o resultado da Eficiência da Exploração, com um montante de M€6,819, verificando-se até à presente data no segmento de exploração mais rentável para o Grupo EDIA.

Os Resultados antes de depreciações e gastos financeiros, são influenciados positivamente pelos Proveitos Diferidos.

No que respeita ao Resultado Operacional, na generalidade este reflecte de forma bastante significativa o efeito das Depreciações e Amortizações.

Os elevados custos de financiamento dos segmentos apresentados, contribuiu significativamente para a diminuição dos respectivos resultados.

29 - Outras Informações Relevantes

- a) Aumento de Capital de € 95.760.000

A Deliberação passada para o livro de actas da Assembleia geral da Sociedade em 17 de Março de 2009, aprovou ao abrigo do disposto no n.º1 do Art.º54 do Código das Sociedades Sociais proceder ao aumento de capital social da EDIA no montante de €95.760.000, passando o mesmo para €387.267.750, mediante a emissão de 19.152.000 novas acções com o valor nominal de €5 cada uma.

- b) Comissão de Fixação de Remunerações da EDIA



Foi aprovado no ponto 6 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral da EDIA que decorreu em 17 de Abril de 2009 a nomeação da Comissão de Fixação de Remunerações da EDIA, sendo esta Comissão composta por 3 elementos.

c) Dedução de IVA na construção da Nova Aldeia da Luz

A construção da Nova Aldeia da Luz e de todas as outras obras e infra-estruturas (rede de água, rede eléctrica, rede viária, etc.), como é facilmente demonstrável, estão intimamente conexas com a referida obra, a concretizar pela EDIA.

A EDIA sempre deduziu o IVA suportado com as despesas necessárias à construção da Nova Aldeia da Luz, sem que a Administração Fiscal tenha, alguma vez, questionado tal actuação.

No âmbito da apreciação dos pedidos de reembolso do IVA efectuados pela EDIA foi desencadeada uma inspecção externa em 2003, da qual resultou um relatório com correcções de imposto em falta. As notas de liquidação, emitidas pela Administração Fiscal, de €8.921.100,53 e €192.598,01 referentes ao IVA em falta e respectivos juros compensatórios, foram objecto de Reclamação Graciosa apresentada pela EDIA, com contra-apresentação de Garantia Bancária para suspensão da liquidação do imposto e respectivos juros compensatórios, apresentados nos documentos de cobrança acima referidos.

Não obstante os factos, foi indeferida a Reclamação Graciosa apresentada, pelo que a EDIA apresentou um Recurso Hierárquico.

A 5 de Janeiro de 2007, a EDIA recebeu a notificação de indeferimento do Recurso Hierárquico que, por decisão do Exm.º Sr. Subdirector-Geral dos Impostos o considerou como improcedente. A EDIA não concordou com os argumentos aduzidos na decisão de improcedência do Recurso Hierárquico apresentado contra indeferimento de Reclamação Graciosa, porquanto, apresentou Impugnação Judicial a 04 de Abril de 2007 estando à presente data, a aguardar decisão do MMº Juiz de Direito do Tribunal Administrativo e Fiscal.

Em Novembro de 2008, a EDIA como impugnante nos autos em referência, notificada que foi para alegar por escrito, apresentou nos termos do artigo 120º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, ao Exmo. Sr. Juiz de Direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, as alegações que entendeu por convenientes.

Em face das alegações produzidas, é entendimento da EDIA, que não se verifica qualquer restrição ao direito à dedução do IVA suportado com os custos da construção da Nova Aldeia da Luz, nem há lugar à liquidação de IVA, assim deverá a impugnação ser julgada procedente, com as legais consequências.

Ao abrigo do Principio Contabilístico da Prudência e para fazer face a eventuais responsabilidades decorrentes do processo, a EDIA não concordando com a liquidação de IVA, constituiu uma Provisão no exercício de 2006, no montante de €11.534.598,22 que cobre quer o valor do IVA quer o valor dos respectivos juros compensatórios.



d) Informações sobre Matérias Ambientais

As matérias ambientais devem ser objecto de divulgação na medida em que sejam materialmente relevantes para avaliação do desempenho financeiro ou para a posição financeira da entidade.

O Contrato de Concessão da Utilização do Domínio Público Hídrico afecto ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, de 17 de Outubro de 2007, celebrado entre a EDIA e o Estado, concretiza os termos e condições a que obedecerá a relação concedente - concessionária, precisando o conteúdo da missão associada à exploração do Empreendimento e definindo as regras para o exercício dos referidos direitos de utilização privativa do domínio público hídrico.

Para além de garantir a implementação das medidas de minimização definidas no Plano de Gestão Ambiental, a concessionária obriga-se a implementar, durante a fase de construção, um conjunto de medidas, que após a execução das intervenções nas áreas afectadas, eliminem quaisquer sinais de intervenção, repondo a situação original.

Neste sentido, tendo em conta a natureza e a dimensão das actividades da entidade e os tipos de problemas ambientais associados a essa actividade, informações sobre o seu desempenho ambiental, tais como, redução das emissões atmosféricas, remoção de resíduos, não se reflecte nas contas um passivo de carácter ambiental uma vez que não o entendemos como materialmente relevante.

e) Processo de Candidatura da Infra-estrutura I2

A EDIA apresentou um projecto "Construção da Rede Secundária de Rega associada ao EFMA" ao PEDIZA II, em 2001 e que tem subjacente um Contrato celebrado com o IFAP. Este projecto foi homologado pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas ainda em 2001.

O referido projecto foi reprogramado em 2003, tendo a EDIA incluído os trabalhos a mais realizados até essa data. Essa reprogramação cumpriu os procedimentos de uma nova candidatura até à sua homologação, em 2003.

Em 2006, o projecto foi alvo de correcções, que não resultam de alterações que este tenha sofrido, mas sim de uma modificação da interpretação da legislação aplicável que vinha sendo feita pelas Entidades Gestoras.

As despesas que foram inicialmente aprovadas e aceites, e só posteriormente ao abrigo de nova interpretação legal, vieram a ser postas em causa a sua elegibilidade, deram origem a um pedido de devolução de verbas no valor de € 8.185.124,48, acrescido de juros legais no valor de € 1.484.082,31.

As verbas no montante de €8.185.124,48 foram já devolvidas encontrando-se pendente a decisão final relativa aos juros legais.



Declaração de Conformidade

Senhores Accionistas

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- (i) A informação constante no relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no 1.º semestre de 2009 e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam; e
- (ii) A informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

Beja, 27 de Agosto de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Henrique António de Oliveira Troncho
(Presidente)

Dr. António Albino Pires de Andrade
(Vogal)

Eng.º Hemetério José Antunes Monteiro
(Vogal)

Dr. Jorge Pulido Valente
(Vogal)

Dr. José Alexandre Rodrigues
(Vogal)



Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da **EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA**, incluída: no Relatório de gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 1 861 360 milhares de euros e um total de capital próprio de 387 195 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa mãe de 766 mil euros), na Demonstração consolidada de alterações no capital próprio, na Demonstração consolidada dos resultados e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em

conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

RESERVA

7. O Activo da EDIA integra nas rubricas de Inventários e Outros devedores, respectivamente, cerca de 221 577 000 euros e 73 397 000 euros de investimentos na rede secundária de rega.

O Decreto-Lei nº 335/2001, de 24 de Dezembro, estabelece que as obras relativas à concepção, execução e construção das infra-estruturas integrantes da rede secundária são propriedade do Estado (com excepção da denominada “Infra-estrutura 12”, que integra a referida rede secundária e que teria um regime específico de concessão).

Em Outros devedores são registados cerca de 73,4 milhões de euros referentes à Infra-estrutura 12, relativamente à qual a EDIA formalizou com o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, em Abril de 2006, um contrato de cessão da gestão, exploração, manutenção e conservação por um prazo

de 30 anos, contrato esse que, no entanto, não esclarece qual a forma de ressarcimento da EDIA pelo valor do investimento suportado, a qual está dependente da decisão do Estado Português.

Subsiste portanto uma importante incerteza quanto à forma e ao valor de realização destes activos, que totalizam cerca de 295 milhões de euros, tendo também presente que existem subsídios associados que se encontram registados no passivo, no montante de cerca de 185 milhões de euros.

OPINIÃO

8. Excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7 acima, com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro e que a informação nelas constante não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - (i) O investimento total previsto no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) de 2007 a 2012 ascende a cerca de 1 203 000 000 euros (plano reprogramado até 2012 e sem custos de estrutura capitalizáveis), estando a sua concretização dependente dos financiamentos que a Empresa venha a obter junto da União Europeia, do accionista Estado e/ou outros fundos.
 - (ii) Em 17 de Outubro de 2007, foi celebrado com o Estado o contrato de concessão que confere à EDIA a gestão e exploração do EFMA e a utilização do domínio público hídrico afecto ao Empreendimento, por um período de 75 anos, pelo qual a EDIA liquidou a quantia de 195 milhões de euros, reflectida no Activo em Propriedade industrial e outros direitos. Em 2008, este investimento não foi objecto de amortização, por a Administração considerar encontrar-se relacionado com a actividade de distribuição de água (para rega e abastecimento humano). Em 2009, conforme descrito nas Notas 2e e 5 do Anexo às demonstrações financeiras, entrou em exploração o perímetro de rega do Monte Novo, iniciando-se a amortização da parcela da compensação financeira que lhe está associada.
 - (iii) Em 2009, com a entrada em exploração do perímetro de rega do Monte Novo, conforme referido nas notas 2d e 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares, iniciou-se a amortização dos bens de investimento associados à rede primária a montante,

considerando o período da vida útil dos bens e ponderando aos hectares em exploração relativamente ao total de hectares que se prevê que cada uma das infra-estruturas vai servir.

- (iv) Em 2007, através de contrato de cessão de exploração das centrais hidroeléctricas do Alqueva e de Pedrógão e os direitos de utilização privativa do respectivo domínio público hídrico foram cedidos, pela EDIA a uma entidade externa, fixando por um período de 35 anos a generalidade das receitas de exploração das componentes hidroeléctricas do EFMA. Contudo, subsistem ainda por definir aspectos que irão determinar as receitas de exploração esperadas, nomeadamente as associadas ao fornecimento de água a partir do sistema primário do empreendimento, e que permitirão concluir quer sobre a capacidade de recuperação do investimento global de cerca de 2 363 000 000 de euros (acrescidos de custos de estrutura capitalizados) previsto para o EFMA quer sobre o valor da compensação financeira mencionada no ponto (ii) anterior.
- (v) Em 30 de Junho de 2009, encontram-se a decorrer vários processos litigiosos associados ao investimento no EFMA (nomeadamente decorrentes de processos judiciais resultantes de expropriações que se encontram em fase de recurso ou a aguardar sentença). O desfecho destas situações poderá vir a implicar ajustamentos de montante aproximadamente igual no Activo e no Passivo da EDIA (atendendo ao reduzido impacto que teriam no resultado das amortizações e correspondentes subsídios).
- (vi) Não obstante não ter impacto nos resultados consolidados, salientamos, para efeitos de comparabilidade com a demonstração consolidada de resultados do período homólogo, que na demonstração consolidada dos resultados em 30 de Junho de 2008 não foi considerado separadamente o apuramento do valor do investimento e capitalizações referente à rede secundária de rega (em 2008, subavaliação das rubricas de Fornecimentos e serviços externos e Variação da produção e sobreavaliação de Trabalhos para a própria empresa).

Lisboa, 31 de Agosto de 2009

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Justino Mendes Santos Romão (ROC 379)

Relatório e Contas Consolidadas - 30 de Junho de 2009



Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Consolidada elaborado por Auditor Externo

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2009, da EDIA – Sociedade de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA (adiante também designada por EDIA ou Empresa), incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 30 de Junho de 2009 (que evidencia um activo líquido de 1 861 360 milhares de euros e um capital próprio de 387 195 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa de 766 mil euros), nas Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a informação financeira histórica, preparada de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, emitindo um relatório profissional e independente com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

5. O trabalho que desenvolvemos teve como objectivo obter uma segurança moderada sobre se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto ao mencionado no parágrafo 8 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e

consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e (iv) a apresentação da informação financeira.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação financeira semestral consolidada.

Reserva

8. O activo da EDIA integra, nas rubricas de Inventários e de Outras Contas a Receber, respectivamente 221 577 milhares de euros e 73 397 milhares de euros de investimentos na rede secundária de rega, sendo que o Decreto-Lei nº 335/2001, de 24 de Dezembro, estabelece que as obras relativas à concepção, execução e construção das infra-estruturas integrantes da rede secundária são propriedade do Estado (com excepção da denominada “Infra-estrutura 12”, que integra a referida rede secundária e que teria um regime específico de concessão). O montante de 73 397 milhares de euros nas Outras Contas a Receber refere-se à Infra-estrutura 12, relativamente à qual a EDIA formalizou com o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (actualmente Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional), em Abril de 2006, um contrato de cessão da gestão, exploração, manutenção e conservação por um prazo de 30 anos, contrato esse que, no entanto, não esclarece qual a forma de ressarcimento da EDIA pelo valor do investimento suportado, a qual está dependente de decisão do Estado português. Assim, subsiste uma importante incerteza quanto à forma e ao valor de realização destes activos, que totalizam 294 974 milhares de euros, tendo também presente que existem subsídios associados que se encontram registados no passivo, no montante de 185 426 milhares de euros.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos eventuais efeitos da situação mencionada no parágrafo 8 anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2009 da EDIA – Sociedade de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato intercalar.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

10.1. Na sequência da cedência a uma entidade externa, pelo período de 35 anos, da exploração das centrais hidroeléctricas do Alqueva e de Pedrógão e dos direitos de utilização privativa do respectivo domínio público hídrico, encontram-se já definidas a generalidade das receitas de exploração associadas à componente hidroeléctrica do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) até ao ano de 2042. No entanto, permanecem ainda por definir importantes questões que irão influenciar as receitas de exploração esperadas da EDIA com o fornecimento de água a partir do sistema primário do empreendimento, o que permitirá avaliar se as receitas totais de exploração esperadas com a utilização do domínio público hídrico afecto ao EFMA (as associadas ao fornecimento de água para rega e abastecimento humano e as decorrentes da exploração hidroeléctrica) permitem ou não recuperar o investimento global de cerca de 2 363 000 milhares de euros (acrescido dos custos de estrutura e financeiros capitalizados) previsto no âmbito do EFMA.

10.2. Conforme referido no Anexo às Demonstrações Financeiras (Nota 2), em anos anteriores a EDIA registava os investimentos na rede secundária de rega nos Activos Fixos Tangíveis (em Curso) e só procedia à sua transferência para Inventários (e subsequentemente para Outras Contas a Receber, na parte respeitante à denominada “Infra-estrutura 12”) no final do exercício. No presente exercício, essa transferência foi efectuada a 30 de Junho de 2009, o que, ao nível da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, afecta significativamente a comparabilidade dos saldos nas rubricas de Variação da Produção e de Fornecimentos e Serviços Externos, não afectando no entanto o Resultado Líquido do Período.

10.3. O investimento total previsto no EFMA para os anos entre 2007 a 2012 ascende a cerca de 1 203 000 milhares de euros (de acordo com Estudo Económico-Financeiro de 3 de Julho de 2007 – plano reprogramado até 2012 e sem custos de estrutura capitalizáveis), estando a sua concretização dependente dos financiamentos que a Empresa venha a obter junto da União Europeia, do accionista Estado e/ou de outros fundos.

10.4. Em 30 de Junho de 2009 são conhecidos vários processos litigiosos e outras situações, associados ao investimento no EFMA, que poderão resultar em encargos e responsabilidades adicionais para a EDIA, tendo a Empresa constituído provisões para cobrir estas responsabilidades, com base na sua melhor estimativa do valor dos encargos futuros a suportar. O desfecho destas situações poderá vir a implicar ajustamentos de montante aproximadamente igual no activo e no passivo da EDIA (atendendo ao previsível reduzido impacto no resultado das amortizações e correspondentes proveitos decorrentes dos subsídios associados).

Lisboa, 28 de Agosto de 2009



SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOS – Associação de Criadores de Ovinos do Sul
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio externo de Portugal
ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa
CIAL – Centro de Informação de Alqueva
DGADR – Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT - Direcção Geral do Tesouro
DIA – Declaração de Impacte Ambiental
DRAPA - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
EDP – Energias de Portugal
ESAB – Escola Superior Agrária de Beja
ER – Estrada Regional
EN – Estrada Nacional
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
FEHISPOR – Feira Hispano Portuguesa de Badajoz
FI - Financials
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
FITUR – Feira Internacional de Turismo de Madrid
IAS – International Accounting Standard
INAG – Instituto da Água, I.P.
ISO – International Organization for Standardization
MM – Materials Management
NERBE – Núcleo Empresarial da Região de Beja
ODEANA – Operação, Decisão e Análise para a Gestão da Água em Alqueva
OEFPP - Observatório do Emprego e Formação Profissional
PEGLA - Projecto Estruturante para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva
PDM – Plano Director Municipal
PIDDAC – Programa Regionalizado de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PMI – Plano de Minimização de Impactes Patrimoniais de Alqueva
PNN – Parque de Natureza de Noudar
PPI – Plano de Primeira Intervenção
SAP – Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SHIRAL – Sistemas de Informação de Recursos Hídricos de Alqueva
TGLA – Turismo Terras do Grande Lago Alqueva
SIMARSUL – Sistema integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal



SISAP – Elaboração de Cartas de Aptidão Cultural para o Perímetro de Rega do Alqueva

TSG - Tourism Sustainability Group

UE - União Europeia

KWh - Kilowatt hora

ZPE - Zona de Protecção Especial